

CAPÍTULO 5 Mão-de-obra

“Nesta América, os bois de arado... são os escravos”, declarou em 1802 a câmara municipal de Santo Amaro. A câmara fez esta curiosa declaração numa representação à Coroa que reivindicava para os lavradores da Colônia um privilégio que a lei já concedera aos de Portugal. No “Reino”, em casos de cobranças judiciais, a lei proibia a penhora e arrematação dos bois de arado porque, sem eles, o lavrador não poderia semear seus campos e pagar suas dívidas. Ao solicitar que a penhora de escravos também fosse proibida, a câmara aplicou o mesmo raciocínio, adaptando-o, porém, às condições da Colônia. Da mesma maneira que a agricultura européia não podia prescindir do uso dos animais de tiro, os lavradores baianos não teriam como colher safras e saldar dívidas sem seus escravos. Os vereadores de Maragogipe, numa representação semelhante, fizeram pedido idêntico: que, nas execuções por dívidas, “os escravos do Brasil” fossem considerados “bois de arado... [porque] são eles que cavam a terra, e fazem as plantações, colheitas e mais serviços respetivos, e todos da principal sustentação dos Povos, e Praças”.<sup>1</sup>

Os escravos no Recôncavo rural faziam de fato todos os serviços tanto na agricultura de exportação como na produção de gêneros alimentícios para abastecer os mercados locais. Seu trabalho era tão essencial para o crescimento e a prosperidade da economia da região que nenhum estudo pode documentar as mudanças ocorridas nessa economia sem lhes dar atenção. Este capítulo examina, portanto, o uso da mão-de-obra escrava; aborda, em particular, a estrutura da posse de escravos e a composição da população cativa.

TABELA 16  
A população escrava de vários distritos do Recôncavo rural, 1779-1854

Ano e local	Escravos		Observações
	Nº	Como % da pop. total	
1779. Freguesia de Nazaré.	1.493	40,8 <sup>a</sup>	Sobretudo mandioca. Dados censitários.
1781. Vila de Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré).	725	-	Sobretudo mandioca. Resultados de um levantamento de lavradores de mandioca.
1816-17. Vilas de Jaguaripe e Maragogipe.	11.521	-	Sobretudo mandioca, um pouco de açúcar e de fumo. Resultados de um censo de proprietários de escravos.
1825-26. Arraial de S. Francisco do Paraguaçu e extremidade sudeste da freguesia do Iguape.	100	19,7	Cana e mandioca. Resultados de um censo parcial.
1846. Freguesia da Aldeia (município de Nazaré).	278	-	Cana e mandioca. Resultados de um levantamento parcial de engenhos e "fazendas de mandioca".
1825-26. Arraial de Belém da Cachoeira e distritos rurais próximos (freguesias da Conceição da Feira e N. S. do Rosário do Porto da Cachoeira)	295	27,4	Sobretudo fumo. Resultados de um censo parcial.
1825-26. Freguesia de S. Gonçalo dos Campos	1.179	38,7	Sobretudo fumo. Resultados de um censo parcial.
1835. Freguesia de S. Gonçalo dos Campos	3.918	34,4	Sobretudo fumo. Dados censitários.
1825-26. Freguesias de Muritiba, Outeiro Redondo e Cruz das Almas	930	36,8	Fumo e cana e também um pouco de café. Resultados de censos parciais.
1825-26. Distritos rurais ao longo do rio Paraguaçu ao sul da sede da vila de Cachoeira	253	42,2	Cana e fumo. Resultados de censos parciais.
1788. Freguesia de Rio Fundo	3.977	-	Sobretudo açúcar. Resultados de um censo (?).
1816-17. Vilas de S. Amaro e S. Francisco do Conde - freguesias na margem da baía ou próximas dela <sup>b</sup>	18.266	-	Sobretudo açúcar. Resultados de um censo de proprietários de escravos.
1825-26. Freguesia de Santiago do Iguape - áreas ao norte da bacia do Iguape	1.340	73,3	Sobretudo açúcar. Resultados de censos parciais.
1835. Freguesia de Santiago do Iguape	3.992	53,9	Sobretudo açúcar. Dados censitários.
1854. Freguesia de S. Pedro do Rio Fundo	2.069	-	Sobretudo açúcar. Resultados de um levantamento de engenhos e fazendas de cana.

214

Fontes: "Lista das pessoas que se achão assistentes na Freguezia de N. Sr. de Nazaré..." (1779), APEB, SH, 596; "Ofício do Capitão-mor da Vila de Jaguaripe ao Governo da Bahia que remete as relações dos lavradores empregados na plantação de mandioca, 1781", BN, I-31, 30, 52; "mapas estatísticos" de engenhos e de "fazendas de mandiocas" em Aldeia (1846), APEB, SH, 6182; Schwartz, *Sugar Plantations*, pp. 306, 441; Censos (Cach., 1825-26), ARC, PAE; "Relação do Nº de Fogos... de São Gonçallo [de Campos]" [1835]; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835); levantamento dos engenhos e fazendas de cana de Rio Fundo (1854), APEB, SH, 4597.

<sup>a</sup>O censo tem colunas para o número de filhos, filhas, agregados e escravos, mas não para maridos e esposas. Presumi que, quando o censo classifica um chefe de fogo masculino como casado, a esposa estava presente. Isto resulta, provavelmente, numa ligeira superestimação da população livre e, portanto, numa subestimação da proporção de escravos.

<sup>b</sup>Freguesias de Socorro, Monte, S. Gonçalo da Vila de S. Francisco, S. Sebastião do Passé, N.S. da Purificação de S. Amaro e Rio Fundo.

215

## A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA NO RECÔNCAVO RURAL

O uso generalizado da mão-de-obra cativa deu origem no Recôncavo a uma das mais densas populações escravas encontradas em qualquer parte do Brasil. Como se nota na Introdução, em 1816-17, o número de escravos na região chegou talvez a 89 mil. Esse número permaneceria elevado durante toda a primeira metade do século XIX; em 1872-73, ainda estava entre 72 e 81 mil.

Para os propósitos deste estudo, o tamanho total da população escrava importa menos do que sua distribuição geográfica. Determinar onde, no Recôncavo, os escravos viviam ajuda a identificar as atividades da economia rural que empregavam a mão-de-obra cativa. Assim, a Tabela 16 reúne informações sobre a população cativa colhidas de diversos censos e levantamentos, muitas vezes fragmentários, feitos em várias vilas e freguesias em torno da baía de Todos os Santos. Como seria de esperar, a tabela indica que os escravos eram especialmente numerosos nas freguesias açucareiras tradicionais, na margem norte da baía ou nas suas proximidades. Os primeiros escravos importados da África chegaram à Bahia em meados do século XVI para trabalhar na nascente indústria açucareira e, ao longo dos trezentos anos seguintes, os engenhos e fazendas de cana do Recôncavo iriam consumir enormes quantidades de mão-de-obra escrava.

Mas os senhores de engenho e lavradores de cana não monopolizavam a posse de escravos no Recôncavo. Nem na Bahia, nem em qualquer outra parte do Brasil, o uso da mão-de-obra cativa jamais ficou confinado à agricultura de *plantation*. Como a Tabela 16 mostra, no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, os escravos geralmente representavam de um quinto a um terço da população nos distritos fumageiros e produtores de mandioca do oeste e do sul do Recôncavo. A tabela líquida, portanto, as dúvidas que alguns historiadores continuam a levantar sobre a utilização do trabalho escravo no cultivo do fumo. Esses historiadores observam que os sítios e fazendas de tabaco eram em geral menores que os engenhos e daí concluem que a pequena produção familiar predominava na fumiicultura baiana e que a mão-de-obra escrava nunca desempenhou qualquer papel importante neste ramo da agricultura.<sup>2</sup>

A conclusão não apenas ignora as referências da época à presença de escravos em fazendas e sítios de fumo;<sup>3</sup> confunde também duas questões distintas: primeiro, se havia camponeses que cultivavam fumo no Recôncavo; e segundo, se outros lavradores usavam escravos no cultivo desse produto de exportação. De qualquer modo, uma população de quase quatro mil escravos na freguesia de São Gonçalo dos Campos em 1835 não dá margem a dúvidas: os lavradores de fumo efetivamente utilizavam quantidades consideráveis de mão-de-obra escrava. Da mesma maneira, as populações cativas, de tamanho significativo, encontradas no sul do Recôncavo sugerem que a cultura da mandioca não era uma atividade estritamente camponesa. Mais de três quartos (77,3%) dos roceiros arrolados num levantamento feito em Jaguaripe em 1781 possuíam escravos. O uso da mão-de-obra cativa na produção de mandioca e fumo também pode ser comprovado através de uma amostra de 376 inventários *post-mortem* realizados nos distritos rurais de Maragogipe, Nazaré e Cachoeira. Na amostra, mais de 90% dos lavradores eram proprietários de escravos.<sup>4</sup>

## TRABALHADORES ASSALARIADOS, AGREGADOS E "DOMÉSTICOS"

Trabalhadores assalariados forneciam serviços importantes e exerciam ofícios essenciais na economia do Recôncavo, mas constituíam apenas uma pequena fração da força de trabalho rural. Os senhores de engenho, por exemplo, costumavam manter em suas propriedades alguns empregados livres: um caixeiro, um feitor e alguns trabalhadores com as habilidades técnicas necessárias na casa das caldeiras para transformar a cana em açúcar — um ou dois caldeireiros e tacheiros, um mestre-de-açúcar e um banqueiro.\* Contratavam também artesãos e outros trabalhadores espe-

\*Os caldeireiros e tacheiros encarregavam-se das grandes caldeiras e tachas de cobre em que o caldo da cana era "cozido" (i.e., aquecido, reduzido por fervura e clarificado). O mestre-de-açúcar e o banqueiro (o assistente do mestre-de-açúcar) dirigiam as operações na casa das caldeiras e eram responsáveis pelas etapas finais e mais críticas do "cozimento do açúcar". O caixeiro supervisionava a pesagem e o encaixotamento do açúcar e escriturava a produção do engenho a cada safra. Ver, por exemplo, Schwartz, *Sugar Plantations*, pp. 145-48; e Antonil pp. 112-21, 206-23.

cializados para completar tarefas específicas ou para trabalhar por curtos períodos; por exemplo, pedreiros para consertar as fornalhas da casa das caldeiras, lenhadores, ou carreiros para transportar, em carros de bois, a cana na época da safra. Portanto, na indústria açucareira, a mão-de-obra assalariada ficava em geral restrita às áreas da administração, da habilidade técnica e do trabalho artesanal.<sup>5</sup>

Nenhuma dessas áreas, contudo, estava exclusivamente reservada a trabalhadores livres. Em alguns engenhos, escravos desempenhavam a função de feitor; trabalhavam como artesãos e efetuavam as delicadas operações do fabrico do açúcar na casa das caldeiras. Aqui se pode tomar como exemplo típico o Engenho São Gonçalo, na freguesia de Socorro. No final da década de 1830, a população escrava da propriedade incluía quatro carreiros, um carpinteiro, um serrador, um ferreiro, um oleiro, um pedreiro, uma costureira, um sapateiro e uma rendeira. Um escravo de “meia-idade” chamado Eleutério, na qualidade de “feitor do serviço”, fiscalizava o trabalho de seus irmãos de cativeiro nos canaviais, enquanto o idoso Felisberto servia como “feitor das crias”, ou seja, supervisionava as tarefas atribuídas a crianças pequenas. Se o engenho contratou empregados livres para as funções de tacheiro, caldeireiro e banqueiro durante a safra de 1838-39, foi só porque os escravos especializados que normalmente trabalhavam na casa das caldeiras haviam fugido para engenhos próximos.<sup>6</sup>

Mais importante, no São Gonçalo e nos engenhos e fazendas de cana por todo o Recôncavo, eram escravos, e não trabalhadores assalariados, que faziam as tarefas diárias, desgastantes e, às vezes, perigosas do serviço da lavoura: a roçagem, o plantio, a limpa dos canaviais e o corte da cana. Em consequência, os escravos formavam de 85 a 98% da força de trabalho empregada nos engenhos baianos em meados do século XIX.<sup>7</sup> A profissão de “trabalhador agrícola” praticamente não existia entre os moradores livres dos distritos canavieiros. Segundo um censo de 1835, 24 mulheres livres na freguesia de Santiago do Iguape trabalhavam, embora não necessariamente na indústria açucareira, como “ganhadeiras” (jornaleiras); outros dez indivíduos, na maioria homens, empregavam-se na lavoura como “enxadas” e “serventes de engenho”, enquanto um escravo forro ganhava a vida como “condutor de mel” (i.e., melado) — assim, um

total de 36 trabalhadores assalariados não especializados em meio aos mais de 3.900 escravos que moravam na mesma freguesia. Quando os senhores de engenho e lavradores de cana precisavam de braços adicionais na época do plantio ou da safra, muitas vezes alugavam escravos dos vizinhos em vez de contratar trabalhadores livres.<sup>8</sup>

Fora da indústria açucareira, é ainda mais difícil encontrar exemplos do trabalho assalariado.<sup>9</sup> Entre os lavradores de fumo e mandioca que empregavam a mão-de-obra livre de origem não familiar, era muito mais comum recorrer a “agregados” domésticos — também chamados simplesmente de “domésticos” nas fontes baianas —, do que contratar jornaleiros.\* Em todo o Recôncavo, as desigualdades na distribuição da riqueza haviam criado uma considerável população de homens e mulheres livres que, para sobreviver, se agregavam a um “fogo” (unidade doméstica).<sup>10</sup> Pode-se presumir que muitos homens e mulheres que se achavam nessa situação tinham de trabalhar em troca da comida e teto que recebiam e que seu trabalho incluía, muitas vezes, ajudar nos serviços da lavoura.

Contudo, é difícil hoje determinar até que ponto arranjos desse tipo eram comuns no Recôncavo, já que os censos fazem pouco mais que enumerar os agregados e domésticos; não fornecem nenhuma informação direta sobre as obrigações que os vinculavam a um fogo. Na verdade, os dados censitários de certa forma atrapalham as discussões sobre a mão-de-obra livre não familiar. Os recenseadores baianos usavam os termos *agregado* e *doméstico* de uma maneira muito ampla — sem aquele rigor

\*Nos censos das freguesias de São Gonçalo dos Campos e Santiago do Iguape realizados em 1835, o termo *doméstico* é usado como sinônimo ou quase-sinônimo de *agregado* no sentido de um indivíduo incorporado a um “fogo” (unidade doméstica). Enquanto os recenseadores do Iguape utilizaram quase exclusivamente *doméstico*, os dois termos são encontrados no censo de São Gonçalo dos Campos; mas os recenseadores preferiram *doméstico* em alguns distritos dessa freguesia e *agregado* em outros. Os dois termos podem facilmente gerar confusão. Por um lado, *doméstico* sugere falsamente um empregado doméstico no sentido atual da expressão. Mas, nos censos de 1835, os poucos empregados domésticos livres foram classificados como “criados”. Por outro, *agregado* podia ser utilizado também para designar o equivalente de um “morador de favor”: um indivíduo que vivia de favor em terras alheias, mas que chefiava seu próprio fogo. Ver Cap. 4. Em alguns censos baianos do fim do século XVIII e início do século XIX e em outras fontes da época, a palavra aparece com esse sentido. Nos parágrafos que se seguem, a discussão refere-se somente a agregados domésticos, ou seja, àqueles sem fogos próprios. Porém, em outras partes deste mesmo capítulo, será necessário usar *agregado* com o sentido de “morador de favor”.

sociológico que o historiador muitas vezes quer encontrar nas fontes — para designar um indivíduo que dependia de algum modo do chefe de um fogo. No saco de gatos formado pelas duas categorias entravam pessoas das mais diversas condições: por exemplo, Rosa Caetana, uma escrava liberta de 90 anos; dona (*sic*) Benvinda de Castro, uma solteira branca com 19 anos de idade; Miguel, um rapaz cego de 14 anos; Antônio Manoel Amoras, solteiro de 21 anos e alfaiate por profissão; e Maria Joaquina de Amorim, casada, mas de marido ausente, e dona de três escravos — todos foram classificados como domésticos ou agregados nos censos de São Gonçalo dos Campos e de Santiago do Iguape feitos em 1835. Nas mesmas categorias às vezes entravam até crianças muito pequenas e, ao que parece, informalmente adotadas, como José Inocêncio, de três anos, e Jesuína, que tinha apenas seis meses.

As categorias de “agregado” e “doméstico” parecem encobrir ainda outras relações. Por exemplo, o censo de São Gonçalo dos Campos classifica Maria, uma parda de 35 anos, como agregada; mãe solteira, ela morava no fogo de José da Silva Machado, “lavrador” preto de 36 anos e também solteiro. De modo semelhante, no Iguape, em 1835, Manoel José Coelho, um imigrante português de 30 anos que era solteiro e que tinha por profissão o “negócio”, chefiava um fogo que incluía a Maria Joaquina, uma preta livre de 30 anos e também solteira. O fogo dele ainda incluía os dois filhos “pardos” dela. Os recenseadores classificaram Maria Joaquina como “doméstica” do homem com quem vivia. A menos que estejamos dispostos a acreditar que, em todos os casos desse tipo, homens solteiros como José da Silva Machado e Manoel José Coelho, por motivos de caridade, acolheram em seus fogos mães solteiras, parece claro que, muitas vezes, domésticas e agregadas eram esposas em uniões não formalizadas. Mulheres e filhos em famílias pobres certamente trabalhavam, fazendo até serviços pesados em alguns casos; mas sua contribuição à economia doméstica não pode ser em absoluto equiparada a uma forma de mão-de-obra não familiar.

Mesmo no caso daqueles agregados e domésticos que trabalhavam regularmente nas lavouras e faziam outros serviços em troca de casa e comida, não está claro que devam ser vistos como fonte de mão-de-obra não familiar. Faziam parte da unidade doméstica formada pelo chefe do

fogo e sua família; viviam juntos com o chefe e seus familiares sob o mesmo teto; pelo menos nos fogos mais pobres, certamente participavam das refeições da família; e, muitas vezes, o tipo de trabalho que faziam devia ser o mesmo realizado pelos membros da família. Às vezes, eram de fato membros da família: parentes mais pobres ou filhos adultos que ainda não tinham estabelecido seus próprios fogos. Portanto, seria razoável argumentar que os agregados e domésticos serviam para aumentar o “fundo comum” de mão-de-obra *familiar* disponível na unidade doméstica.

Seja qual for o *status* atribuído aos agregados e domésticos, a conclusão geral continua sendo a mesma: em todos os ramos da agricultura baiana, onde quer que a necessidade permanente de mão-de-obra superasse aquilo que uma única família fosse capaz de fornecer por si só, essa necessidade era satisfeita quase sempre através da instituição da escravidão. Em suma, o trabalho escravo permeava toda a economia regional.

#### O TRABALHO ESCRAVO, A POPULAÇÃO LIVRE E POBRE E A DISPONIBILIDADE DE TERRA

O trabalho escravo prevalecia na agricultura baiana não porque inexistisse uma população livre no campo, mas porque, para os serviços diários da lavoura, os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo não podiam contar com nenhuma oferta confiável de mão-de-obra assalariada voluntária. As grandes reservas de terras ociosas e não cultivadas permitiam que amplos segmentos da população livre e pobre evitassem o trabalho assalariado de tempo integral e permanente na agricultura. O acesso à terra lhes dava meios de assegurar uma subsistência muitas vezes precária, mas ainda assim independente. Senhores de engenho e lavradores tinham, portanto, pouca escolha: ou recorriam à mão-de-obra escrava ou teriam de se contentar com a quantidade limitada de trabalho que eles próprios e suas famílias eram capazes de fornecer.

O argumento proposto aqui nada tem de novo. Deriva dos tratados sobre a colonização publicados por Edward Gibbon Wakefield nas décadas de 1830 e 1840. Para Wakefield, as circunstâncias que davam origem à escravidão como sistema de trabalho “não [são] morais, mas econômi-

cas: não se relacionam com o vício ou a virtude e, sim, com a produção". A escravidão e outras formas de trabalho forçado criavam raízes e desenvolviam-se em lugares onde "um homem acha difícil ou impossível conseguir que outros homens trabalhem sob a sua direção" e onde, portanto, "as circunstâncias... impedem a combinação e a constância do trabalho". De acordo com Wakefield, essas circunstâncias existiam "em qualquer parte em que a população é proporcionalmente escassa em relação à terra... A escravidão... está confinada a países de população escassa, nunca existiu em países populosos e desapareceu aos poucos naqueles em que a população cresceu gradualmente até o ponto da densidade".<sup>11</sup>

Wakefield argumentou que, se homens e mulheres que de outra forma teriam de vender seu trabalho conseguiram encontrar terra e cultivá-la por conta própria, não se submetiam voluntariamente ao trabalho assalariado. A demanda por trabalho realizado "com constância e em combinação" que excedia ao que uma única família podia fornecer só seria satisfeita, nesse caso, mediante alguma forma de coerção. E a necessidade de coerção persistiria até que o crescimento demográfico ou algum mecanismo artificial restringisse o acesso à terra.<sup>12</sup>

Outros autores, ao longo dos anos, endossaram e reformularam o modelo teórico proposto por Wakefield; entre eles, destacam-se Herman Merivale e Karl Marx no século XIX e H. J. Nieboer, Willemina Kloosterboer e Evsey Domar no século XX.<sup>13</sup> Mas para esses autores europeus, a escravidão era um regime de trabalho estranho, que só conheciam por relatos históricos da Grécia e da Roma antigas ou por descrições de colônias distantes. Assim, é especialmente significativo que autores brasileiros do século XIX, que viviam entre escravos e dependiam da mão-de-obra escrava para sua riqueza, também reconhecessem a relação entre a escravidão e uma oferta abundante de terra desocupada. A mais clara afirmação dessa relação acha-se num ensaio sobre a produção de açúcar escrito por Miguel Calmon em 1834:

Chamo *forçado* o trabalho que só se pode alcançar mediante a sujeição, ou contrato de servidão do trabalhador; sendo *voluntário* o que se obtém pelo meio ordinário do simples jornal, ou salário... Nos Países despovoados, onde a subsistência é fácil, e o homem pode viver sem fadiga, acha-se

estabelecida por leis ou costumes a primeira espécie de trabalho; naqueles porém, que se acham em circunstâncias opostas, prevalece o da segunda espécie. E é por isso que ainda há (...) escravos (...) no Brasil.<sup>14</sup>

Essas considerações condizem com as evidências relativas ao Brasil em geral<sup>15</sup> e com as da província natal de Calmon, a Bahia. O Capítulo 4 já estabeleceu que, no final do século XVIII e na primeira metade do XIX, a província possuía uma fronteira aberta. Os proprietários com terras no interior esparsamente ocupado ou no litoral sul podiam esperar pouca proteção efetiva de seus direitos à posse dessas terras por parte do Estado brasileiro, que era particularmente débil ao nível local e mais ainda em áreas de fronteira. Contra intrusos, usurpadores e grileiros, o Estado raramente era capaz de assegurar seus próprios direitos a terras devolutas.<sup>16</sup>

A terra era abundante mesmo no Recôncavo, onde, em cantos ociosos de fazendas e engenhos, homens e mulheres livres e pobres encontravam meios de sobreviver.<sup>17</sup> Como agregados, ou moradores de favor, erguiam precárias choças cobertas de sapé para nelas morar com suas famílias. Dentro, guardavam seus poucos trastes — raramente muito mais do que uma rede de dormir, um par de panelas de barro, uma cabaça grande para guardar farinha, duas ou três facas afiadas, uma trempe improvisada para cozinhar e, se viviam perto da baía, uma rede de pesca. Ao lado, numa pequena clareira, plantavam seus roçados de mandioca e, sem dúvida, feijão e milho também. Umas bananeiras, uma jaqueira e um dendezeiro completavam o que um observador britânico descreveu generosamente como "*their quarter acre of mandioca and banana plantations*" ("seu quarto de acre de plantações [ou fazendas] de mandioca e banana"). Na mesma clareira, podiam também plantar um pouco de fumo e, mais tarde no século XIX, até alguns pés de café. Caça apanhada na mata e mariscos catados nos mangues das margens da baía forneciam as "iguarias de domingo" e as "guloseimas dos dias santos".<sup>18</sup>

Quando surgia uma necessidade especial — por exemplo, de comprar roupa nova —, esses homens e mulheres pobres e despossuídos costumavam aceitar o trabalho pago nos engenhos e fazendas da região. Tanto quanto possível, porém, evitavam qualquer serviço que envolvesse pegar na enxada; preferiam "os trabalhos de transportes, do tratamento dos

animais [e] da fabricação [do açúcar], ficando os da cultura do campo a cargo dos escravos". Assim que tinham no bolso dinheiro suficiente para custear as necessidades do momento, perdiam o interesse pelo trabalho assalariado e voltavam para as suas roças. Vez por outra, por uma razão qualquer, o proprietário da terra onde tinham seu rancho e suas plantações de mandioca e banana podia não querer mais sua presença e expulsá-los sumariamente. No entanto, por mais inconvenientes que causasse, essa expulsão raramente significava a miséria terrível e prolongada. Expulsos de uma propriedade, agregados e moradores de favor, freqüentemente descritos por autores da época como nômades incansáveis, simplesmente se mudavam para outro engenho ou fazenda. Ali, sempre sem pagar pelo uso da terra, construía novo rancho e abriam nova clareira para mais uma roça. Podiam também deixar o Recôncavo para se estabelecer no interior ou no litoral sul.

A começar por Vilhena, na década de 1790, intelectuais, senhores de engenho e autoridades esforçavam-se em vão por tornar "útil" esse segmento do campesinato baiano. Consideravam esses homens e mulheres livres e pobres gente "vadia", "indolente" e "preguiçosa", que nenhuma contribuição dava à sociedade e cuja existência não deveria ser tolerada. Afinal, essa gente supostamente "ociosa" e "vadia" comia, bebia, vestia-se e vivia sem possuir terras próprias ou qualquer outro tipo de propriedade produtiva e sem trabalhar regularmente para aqueles que possuíam propriedades. Além disso, ao contrário dos escravos, esses homens e mulheres livres não podiam ser definidos como propriedade. Por essa razão, representariam uma ameaça à sociedade — uma fonte de "vício" e "crime". Não tendo interesse algum na instituição da propriedade privada, poderiam ser facilmente "seduzidos" por "astutos anarquistas" e, já que pareciam não ter melhor uso para seu tempo, poderiam a qualquer momento engrossar levantes e rebeliões violentos.

Em 1842, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos invocou esses temores quando, na qualidade de presidente da província da Bahia, propôs uma lei para "convencer" homens pobres a se empregarem como assalariados "na propriedade dos ricos" e a desempenharem assim "um encargo que o Autor da Natureza impôs a todo o gênero humano". Segundo sua proposta, todo homem livre sem propriedade ou sem emprego regular seria

obrigado a ingressar numa "companhia" de trabalhadores assalariados que estaria sujeita à supervisão judicial.<sup>19</sup> A assembleia provincial nunca aprovou a lei. Na verdade, é difícil acreditar que as autoridades locais na Bahia, com seus recursos limitados, pudessem aplicar tal dispositivo.

Propostas posteriores de medidas semelhantes também deram em nada. Em 1857, Manoel Pinto da Rocha, um senhor de engenho, pediu ao governo provincial que aprovasse "uma medida legislativa que obrigue a dar-se ao trabalho [assalariado]... o grande número de vadios que vivem do que espontaneamente dá a natureza do solo". Fez o mesmo pedido em 1871, após o fim da Guerra do Paraguai (1864-70). Durante a guerra, segundo ele, "imensos [números de] jornaleiros sujeitavam-se a todos os trabalhos... até por pequenos salários". O receio de serem recrutados e "de irem sofrer as fadigas mortais da guerra aconselhava-os ao honesto trabalho". Mas assim que a guerra terminara, desapareceu o "incentivo" criado pelo recrutamento; e os senhores de engenho viram-se novamente na impossibilidade de conseguir trabalhadores dispostos a pegar na enxada e fazer "serviços pesados". E, ainda pior, os poucos jornaleiros que conseguiam contratar não eram "certos no trabalho": compareciam alguns dias, mas deixavam de aparecer em outros, "causando assim o empate das moagens". Pinto da Rocha não podia, é claro, sugerir ao governo provincial que declarasse uma guerra; pediu, porém, medidas legislativas que teriam o mesmo efeito.<sup>20</sup>

Enquanto as autoridades, proprietários e intelectuais baianos costumavam ver a teimosa resistência ao trabalho assalariado como prova de indolência imoral, George Stevens, cônsul britânico em Salvador na década de 1880, deixou-nos um retrato mais indulgente e mais convincente dos homens e mulheres livres e pobres que, "garantindo com grande esforço uma existência miserável mas satisfeita" em suas roças, viviam espalhados pelos distritos rurais. Salientou que eles recusavam empregos de tempo integral nos engenhos e em outras propriedades agrícolas muito simplesmente porque "preferiam a pobreza a ser espezinhados". "Por cruel que seja sua sorte atual", acrescentou Stevens, "é para eles independentemente doce, e é invejada por muitos escravos".<sup>21</sup>

Na Bahia, onde até os homens e mulheres mais pobres da população livre muitas vezes tinham acesso à terra e conservavam boa dose daquela



“independência que invariavelmente ambicionam e pela qual são capazes de qualquer sacrifício”,<sup>22</sup> senhores de engenho e lavradores não tinham opções reais: se não comprassem escravos e os utilizassem na lavoura, não teriam como conseguir o trabalho feito “com constância e em combinação”. Recorrendo ao braço escravo, senhores de engenho, lavradores de cana e de fumo e até roceiros podiam assegurar para si mesmos uma força de trabalho confiável e permanente.

#### O TRÁFICO NEGREIRO E A OFERTA DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

A escravidão oferecia outra vantagem: enquanto durou o tráfico atlântico (até 1850-51), a importação de escravos africanos permitia aumentar rapidamente o tamanho da força de trabalho agrícola. Em apenas alguns meses, centenas ou até milhares de cativos podiam ser trazidos da África, desembarcados em Salvador e logo em seguida postos para trabalhar nos engenhos, sítios e fazendas do Recôncavo. Assim, o tráfico negreiro criava uma oferta de mão-de-obra bastante elástica e capaz, em princípio, de suprir qualquer aumento da demanda.<sup>23</sup>

A expansão da agricultura baiana a partir do final do século XVIII gerou de fato uma demanda crescente de mão-de-obra, que alimentou um intenso tráfico de escravos entre a África e a Bahia. Como o comércio negreiro para outras partes do Brasil, o tráfico que abastecia a Bahia de cativos africanos estava, em grande parte, sob o controle local. Desde meados do século XVIII, se não antes, comerciantes sediados em Salvador dominavam esse tráfico. Em relação a seus concorrentes em Lisboa ou no Porto, tinham a vantagem do acesso fácil a estoques de fumo de corda e cachaça — mercadorias de grande valor na aquisição de escravos na costa da África ocidental. Podiam também contar com recursos locais para boa parte do crédito necessário para financiar suas expedições negreiras.<sup>24</sup>

Os lucros obtidos nessas expedições retornavam para a Bahia, onde — quando não eram reinvestidos no tráfico — financiavam investimentos na economia local. Assim, Joaquim Pereira Marinho, grande traficante da primeira metade do século XIX, foi um dos acionistas fundadores do Banco da Bahia e de uma companhia que, no início da década de 1870,

tentou, sem sucesso, construir o primeiro engenho central da província. Outros traficantes baianos também investiram na indústria açucareira. Assim, Joaquim Alves da Cruz Rios, filho de negreiro e traficante por conta própria, comprou o grande Engenho Cravaçu, com mais de 1.050 tarefas de terra boa para a cana, na freguesia de Monte, onde, ao morrer em 1862, deixou cerca de 180 escravos. Outro comerciante de escravos, Antônio Pedroso de Albuquerque, comprou não um, mas três engenhos no Recôncavo.<sup>25</sup>

Esses traficantes, que gozavam de estima e respeito na sociedade baiana, obtinham seus lucros daquilo que Miguel Calmon chamou de “a brutal metamorfose de mangotes [de fumo] em nagôs”.<sup>26</sup> A cada ano, seus navios despejavam nas praias da Bahia milhares de cativos da África ocidental, além de números menores de escravos de Angola, do Congo e até de Moçambique — os homens, mulheres e crianças que, deste lado do Atlântico, passariam a ser conhecidos como *nagôs*, *tapas*, *minas*, *uçás*, *jejes*, *bornous*, *angolas* e *congós*.\*

Embora jamais se vá conhecer o verdadeiro volume desse tráfico, uma série revista de estimativas publicada por David Eltis sugere que, entre 1786 e 1851, a Bahia importou um total de aproximadamente 410 mil escravos, procedentes de vários pontos da costa africana.<sup>27</sup> As estimativas de Eltis também indicam que pouco mais da metade destes chegou à Bahia nas três décadas entre 1791 e 1820, quando o ressurgimento da economia exportadora do fim do período colonial criou uma demanda forte e mais ou menos constante de mão-de-obra escrava. Durante essas três décadas, os traficantes desembarcaram, em média, sete mil cativos por ano (ver Tabela 17).

\*Esses termos, que são tirados da documentação dos séculos XVIII e XIX e que não constituem nem de longe uma lista completa, designavam escravos das seguintes origens supostas: *nagô*, ioruba; *jeje*, ewe-aja-fon; *tapa*, nupe; *bornou*, bornu; *uçá* (e suas variantes), hauçá. Os escravos obtidos nos portos da Costa da Mina na África ocidental eram chamados de *minas*; por sua vez, *angola* e *congo* designavam uma origem no centro-oeste da África. Tanto observadores da época quanto as pesquisas contemporâneas indicam que a África ocidental forneceu a maioria dos escravos importados pela Bahia nos séculos XVIII e XIX. Ver, por exemplo, Castelnu, pp. 7-9; Verger, *Fluxo*; J. J. Reis, “População”, pp. 145-47; e M. J. de S. Andrade, pp. 97-108.

TABELA 17  
 Estimativas das importações de escravos africanos,  
 Bahia, 1786-1851

Anos	Nº de escravos	
1786-90	20.300	
1791-95	34.300	
1796-1800	36.200	
1801-05	36.300	
1806-10	39.100	
1811-15	36.400	
1816-20	34.300	
1821-25	23.700	
1826-30	47.900	
1831-35	16.700	
1836-40	15.800	
1841-45	21.100	
1846-50	45.000	
1851	1.900	
Total	1786-1851	409.000

Fonte: Eltis, pp. 243-44.

As importações sofreram um breve declínio durante a guerra da Independência, mas em seguida se recuperaram, saltando para uma média anual de cerca de 9.500 escravos no final da década de 1820. Esse aumento repentino ocorreu num momento em que os proprietários do Recôncavo estavam construindo um número recorde de engenhos e quando, portanto, a necessidade de mão-de-obra adicional deve ter sido particularmente grande. O aumento coincidiu também com preocupações crescentes a respeito do futuro do tráfico. Segundo um tratado anglo-brasileiro de 1826, a importação de escravos de qualquer parte da África se tornaria ilegal em março de 1830.<sup>28</sup> É possível que muitos senhores de engenho e traficantes baianos acreditassem que o governo jamais aplicaria essa proibição. Afinal, as autoridades brasileiras não haviam feito nenhum esforço real para cumprir os compromissos de um tratado anglo-português anterior que proibira o tráfico ao norte da linha do equador. Mas também sabiam que o governo da Grã-Bretanha estava firmemente decidido a pôr fim ao comércio atlântico de escravos. Em 1827, a marinha britânica co-

meçou a capturar navios brasileiros por simples suspeita de estarem traficando escravos ao norte do equador.

Temendo que os britânicos adotassem táticas ainda mais agressivas depois de 1830, traficantes de todas as partes do Brasil apressaram-se a importar o maior número possível de cativos antes do programado fim do tráfico. Tiveram tamanho êxito que acabaram deixando os mercados brasileiros momentaneamente superabastecidos de escravos nos primeiros anos da década de 1830, e o tráfico quase se paralisou em 1831 e 1832. Com isso, o governo brasileiro foi capaz de conseguir até que o parlamento aprovasse, em 1831, uma lei que libertava qualquer africano introduzido ilegalmente no país e que previa penas severas para traficantes que importassem escravos.

Esta foi, porém, uma "lei para inglês ver", revelando-se completamente incapaz de impedir o recrudescimento do tráfico negreiro. Não obstante o tratado de 1826 e a lei de 1831, o Sudeste do Brasil importou mais de duzentos mil africanos na segunda metade da década de 1830 para suprir a enorme demanda de mão-de-obra da lavoura cafeeira, então em rápida expansão.<sup>29</sup> A recuperação foi mais lenta na Bahia, onde a estagnação da economia de exportação reduziu a procura por escravos. As importações baianas só voltaram a seus níveis anteriores em fins da década de 1840, numa reação tanto ao crescimento renovado da economia de exportação da província quanto às táticas assustadoramente mais agressivas da Real Marinha britânica, que agora ameaçava bloquear os principais portos do Brasil. Sem muita escolha, o governo brasileiro finalmente cedeu às pressões britânicas e, em 1850-51, tomou medidas rápidas e decisivas para fechar o país à importação de escravos africanos.

O fim do tráfico atlântico redefiniu o mercado da mão-de-obra escrava no Brasil. A população cativa como um todo nunca alcançara uma taxa positiva de crescimento natural. Como as mortes sempre haviam excedido os nascimentos, essa população só crescera graças à entrada constante de africanos recém-escravizados. Com o fim abrupto das importações em 1850-51, o que havia sido uma oferta de mão-de-obra bastante elástica começou a se contrair. Os donos de fazendas, engenhos e sítios e até regiões inteiras passaram a disputar um número cada vez menor de cativos.

A competição logo provocou uma transferência maciça de escravos das áreas urbanas para o campo, e de regiões com economias de exportação decadentes ou menos rentáveis para outras em que a produção para exportação estava em acelerado crescimento. Entre 1851 e o início da década de 1880, cerca de duzentos mil cativos foram obrigados a migrar do Sul e do Nordeste para as províncias produtoras de café do Sudeste, que, na primeira metade do século XIX, tinham passado a constituir o “centro dinâmico” da economia brasileira. Muito mais que os agricultores de outras partes do Brasil, os fazendeiros de café das províncias do Sudeste tinham condições de pagar preços cada vez mais altos por trabalhadores cativos.<sup>30</sup>

O novo tráfico interprovincial transformou a Bahia, em última análise, de importador em exportador líquido de escravos. Em três décadas e meia, a partir de 1850, 24 mil escravos deixaram a província, a maioria com destino às fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Só na década de 1850, foram exportados pelo menos 12 mil cativos. De fato, mal os portos brasileiros foram fechados para o tráfico negreiro, os comerciantes começaram a comprar escravos na Bahia para mandá-los para o Sudeste. Já em agosto de 1851, apareceram em Cachoeira “compradores” de fora, oferecendo preços “exorbitantes” por escravos. Alguns anos depois, John Morgan, cônsul britânico em Salvador, observou que “a grande demanda do Rio de Janeiro e o alto preço pago são um estímulo a que o pequeno proprietário e os necessitados não podem resistir”. Nem mesmo um aumento de 900% no imposto sobre escravos exportados da província foi capaz de neutralizar esse estímulo, que ficou ainda mais forte quando as secas castigaram a província. Em 1860, o cônsul Morgan informou o Foreign Office (Ministério das Relações Exteriores britânico) que dois anos de “seca terrível no interior [i.e., o sertão]” haviam provocado a penúria generalizada e “obrigado muitas famílias a vender seus escravos domésticos a qualquer preço”. Em consequência, segundo a estimativa do cônsul, mais de 2.700 escravos haviam sido enviados para o Rio de Janeiro entre 1858 e 1860.<sup>31</sup>

O tráfico interprovincial acelerou o declínio da escravidão na Bahia e deu início a uma longa e penosa transição para o trabalho livre. Não se

deve, contudo, exagerar a extensão desse declínio na década de 1850. Em 1860, a escravidão como instituição e como regime de trabalho estava longe de ser moribunda na Bahia. Vale a pena lembrar que, em 1872-73, a província ainda tinha a terceira maior população escrava do Brasil. O número de cativos que moravam e trabalhavam na Bahia era maior do que na província cafeeira de São Paulo. Na década de 1850, muito mais premente do que a necessidade de encontrar alternativas para o trabalho escravo era a questão de como e onde usar o número cada vez mais reduzido de cativos — se na agricultura de exportação ou na produção de gêneros alimentícios para abastecer mercados locais.

#### O PREÇO DO ESCRAVO NA BAHIA, 1780-1860

Nos 25 anos anteriores a 1850, embora não tenham conseguido impedir a migração forçada de mais de meio milhão de africanos, as pressões diplomáticas da Grã-Bretanha e os seus navios de guerra produziram um impacto perceptível nos preços de escravos na Bahia em mil-réis correntes. Como mostra a Figura 10, a tendência ascendente gradual e relativamente uniforme que, desde 1780, havia caracterizado os preços de escravos deu lugar a flutuações muito mais acentuadas após 1825. O preço de um escravo adulto do sexo masculino do serviço da lavoura (“de enxada e foice”) subiu abruptamente no final da década de 1820 e de novo no final da de 1830 e início da de 1840. Esses dois aumentos coincidiram com a adoção pela Grã-Bretanha de táticas navais mais agressivas em sua campanha contra o tráfico atlântico. Depois de 1850, quando o tráfico finalmente terminou, os preços tiveram uma enorme alta. Um escravo de enxada e foice que podia ser comprado por menos de Rs.480\$000 no início da década de 1850 era vendido por Rs.1:075\$000 em 1858. No total, os preços nominais de escravos tinham aumentado em mais de 900% entre o início da década de 1780 e 1858.

Se tivessem podido examinar uma série retrospectiva desses preços, os abolicionistas britânicos da década de 1850 teriam certamente sido tentados a se parabenizar pelo tremendo golpe que haviam desfechado

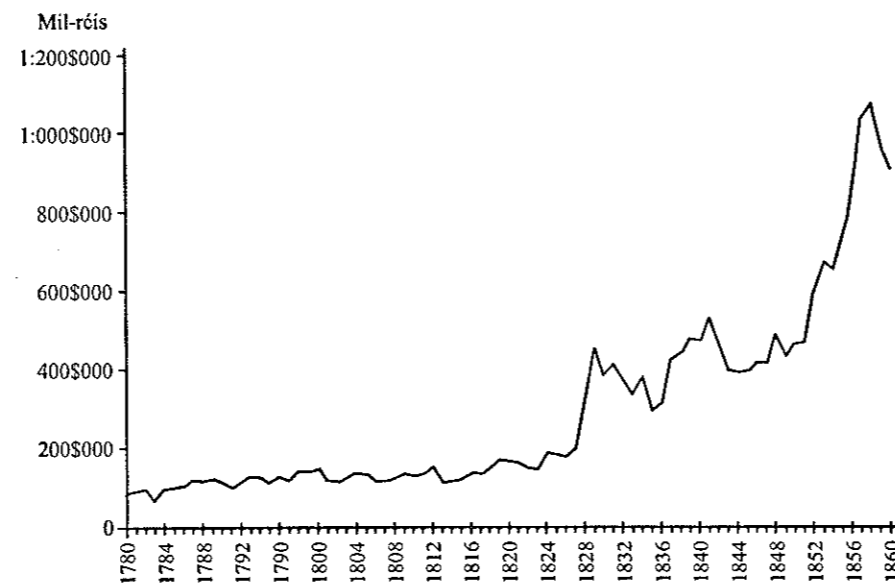


Figura 10. Bahia. Preço do escravo, 1780-1860 (preço de um escravo saudável do sexo masculino do serviço da lavoura)

Fontes: Avaliações de escravos em inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT.

Obs.: A série mostrada baseia-se em médias anuais de valores atribuídos em inventários a 1.484 escravos adultos e adultos jovens saudáveis do sexo masculino empregados na lavoura (escravos "de enxada e foice", "do serviço da lavoura", "do serviço da roça" etc. ou empregados no "serviço geral"). Entre os escravos com essas características, incluí na série as avaliações daqueles que foram descritos como "moços", "já moços" e "ainda moços" e daqueles com idades entre 15 e 45 anos. (Convém assinalar que os inventários baianos do período 1780-1860 geralmente não trazem informações sobre a idade medida em anos dos escravos.) Excluí as avaliações dos escravos com habilitações especializadas e dos descritos como doentes, portadores de defeitos físicos, indisciplinados ou rebeldes. As variações dos preços desta série correspondem, de um modo geral, às encontradas em outros estudos sobre os preços de escravos na Bahia, nenhum dos quais abrange todo o período 1780-1860.

contra a escravidão na Bahia. Sua estratégia visava sempre a elevar o preço do escravo a tal ponto que o uso da mão-de-obra cativa se tornasse antieconômico. Agricultores em todas as partes do Brasil, como resultado, teriam de recorrer a algum tipo de mão-de-obra livre. Mas para se congratularem, os abolicionistas na Grã-Bretanha teriam de fazer vista grossa a dois pontos-chave. Primeiro, em sua disposição de pagar preços mais altos por escravos, os senhores de engenho e lavradores baianos demonstravam continuar confiantes no futuro tanto da escravidão quanto da agricultura escravista. Os preços deram um salto na década de 1850

não só porque o tráfico atlântico fora encerrado, mas também porque a década trouxe novas perspectivas de crescimento e prosperidade para a economia de exportação baiana.<sup>32</sup> Segundo, as comparações baseadas em preços nominais não levam em conta as variações do poder de compra do mil-réis. Fornecem, por isso, uma visão distorcida das mudanças no preço real. Assim, embora o preço nominal de um escravo de enxada e foice tenha aumentado enormemente nas oito décadas seguintes a 1780, o custo de sua aquisição talvez tenha se alterado muito pouco em termos reais.

Uma maneira de testar essa possibilidade é converter os preços em mil-réis correntes em arrobas de açúcar branco e em alqueires de farinha de mandioca. (Lamentavelmente, não há dados disponíveis sobre preços de fumo que permitam calcular os preços de escravos em unidades constantes desse produto.) Com essa conversão, pode-se detectar e avaliar as mudanças reais no custo da compra de um escravo para senhores de engenho e roceiros. As figuras 11 e 12 representam o movimento dos preços de escravos em unidades constantes de farinha e açúcar. Demonstram que, em termos reais, o custo subiu bem menos do que um exame dos preços nominais sugeriria.

Por exemplo, na década de 1850, o preço médio de um escravo em mil-réis correntes mostrava um aumento superior a 600% em relação à média da década de 1780. Mas quando esses preços médios são convertidos em alqueires de farinha, exibem um aumento de menos de 85%. Isso significa que, flutuações anuais à parte, os preços que os lavradores de mandioca podiam cobrar por sua farinha quase acompanharam o movimento ascendente do preço nominal do braço escravo. Assim, na primeira metade do século XIX, esses lavradores viram sua capacidade de adquirir cativos relativamente pouco reduzida.

Para os senhores de engenho e lavradores de cana, o aumento no custo real de um escravo foi mais substancial. No início da década de 1780, com o produto da venda de pouco menos de 50 arrobas de açúcar, podiam comprar um escravo saudável do sexo masculino para o serviço da lavoura; sete décadas depois, em 1855, um escravo do mesmo tipo lhes custaria o equivalente a 257 arrobas de açúcar branco. Isso representa um aumento real de mais de 400%.<sup>33</sup>

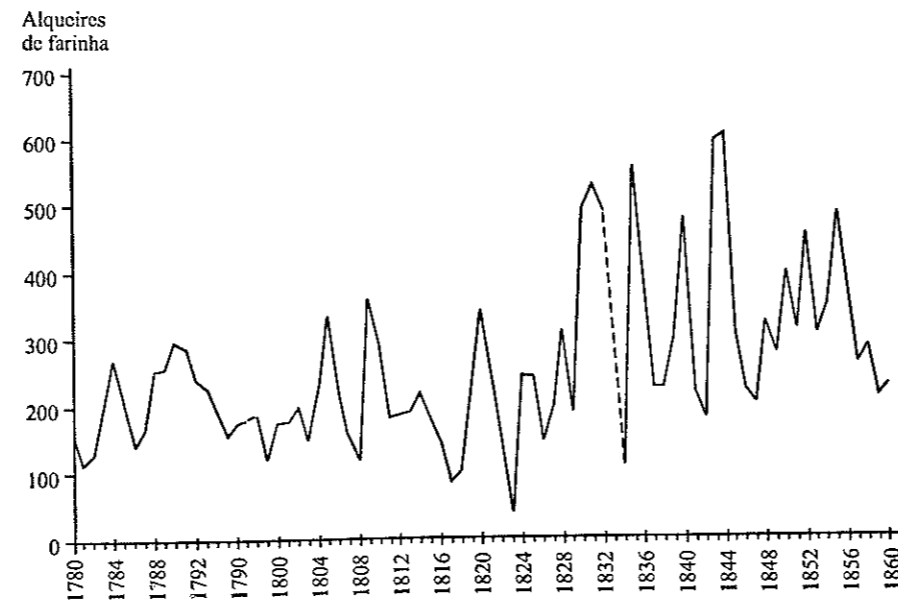


Figura 11. Bahia. Preço do escravo medido em alqueires de farinha, 1780-1860 (preço de um escravo saudável do sexo masculino do serviço da lavoura)

Fontes: Avaliações de escravos em inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT; Mattoso, "Au Nouveau Monde", Annexes, pp. 445-61; "Conta corrente da despeza e receita que houve no Celleiro Público..." (1834-43, com interrupções), APEB, SH, 1609 e 1610. Ver as observações na Figura 10 e Cap. 3, n. 7.

Os senhores de engenho e lavradores de cana da Bahia não foram os únicos a enfrentar preços de escravos muito mais altos em termos reais na primeira metade do século XIX. Em várias partes das Américas, nas regiões cafeeiras do Sudeste do Brasil, em Cuba e no Sul dos Estados Unidos, o preço do escravo exibiu clara tendência ascendente, enquanto os preços dos gêneros de exportação seguiram uma tendência, não menos nítida, de queda. Apesar disso, melhorias na comercialização e no beneficiamento desses gêneros, juntamente com a expansão para áreas de solos menos usados e mais férteis, tornaram a mão-de-obra escrava mais produtiva durante esses mesmos anos. O efeito líquido desses melhoramentos e da expansão para novas áreas foi compensar os produtores escravistas pelos preços mais altos que tinham de pagar por escravos e manter a lucratividade da agricultura de *plantation* no Sul dos Estados Unidos, em Cuba e no Sudeste do

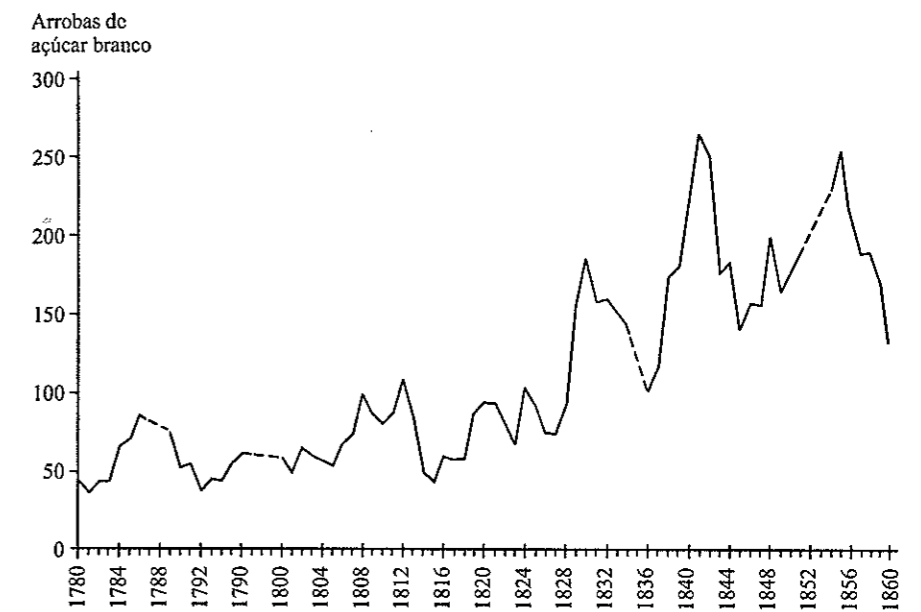


Figura 12. Bahia. Preço do escravo medido em arrobas de açúcar branco, 1780-1860 (preço de um escravo saudável do sexo masculino do serviço da lavoura)

Fontes: Avaliações de escravos e faturas de vendas de açúcar branco em inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT; Mattoso, "Au Nouveau Monde", Annexes, pp. 445-61. Ver as observações na Figura 10 e Cap. 3, n. 7.

Brasil.<sup>34</sup> Embora as informações no caso da Bahia sejam escassas, indicam que, no Recôncavo, inovações semelhantes também ajudaram a manter a rentabilidade da produção escravista de açúcar. A adoção de novas tecnologias na fabricação do açúcar e a introdução da cana caiana em 1816 parecem ter propiciado ganhos consideráveis na quantidade de açúcar produzido por escravo a cada ano (ver Tabela 18). A duplicação e talvez triplicação da produção de açúcar por escravo entre a década de 1780 e meados do século XIX teria compensado em grande parte a elevação do preço do escravo.

TABELA 18  
 Estimativas da produção anual de açúcar por escravo  
 nos engenhos do Recôncavo, 1781-1854  
 (em arrobas)

Ano	Produção anual de açúcar por escravo	Observações
1781	40,0	
c.1790	44,4	
1832	82,5	
1854	103,5	Média dos engenhos da freguesia de Matoim.
1854	107,8	Média dos engenhos da freguesia de Socorro.
1854	110,6	Média dos engenhos da freguesia de Açu da Torre.
1854	132,3	Média dos engenhos da freguesia de Rio Fundo (calculada apenas para os escravos empregados em engenhos).
1854	88,6	Média dos engenhos da freguesia de Rio Fundo (calculada para os escravos empregados em engenhos e fazendas de cana).
1854	118,7	Média dos engenhos das freguesias de Matoim, Socorro, Açu da Torre e Rio Fundo (exclui os escravos das fazendas de cana em Rio Fundo).
1854	97,2	Média dos engenhos das freguesias de Matoim, Socorro, Açu da Torre e Rio Fundo (inclui os escravos das fazendas de cana em Rio Fundo).
1854	90,0-135,0	

Fontes: Alden, "Price Movements", p. 342; [Mendes], p. 292; PP (Commons), 1831-2, vol. XX (Reports from Committees, vol. 16): West India Colonies, "Report from the Select Committee on the Commercial State of the West India Colonies", pp. 272-73 (testemunho de Evanson Alchorne); levantamentos (1854) dos engenhos das freguesias de Matoim, Socorro, Açu da Torre e Rio Fundo em APEB, SH, 4597; Carson, *Primeiro relatório*, p. 9.

Obs.: Como existem várias dificuldades nas tentativas de medir a produtividade, as estimativas apresentadas nesta tabela devem ser aceitas com cautela. Algumas das dificuldades são comuns às fontes sobre a produção escravista de açúcar em todas as partes das Américas. Ver Barrett, *Efficient Plantation*, pp. 19-26, esp. p. 20. Ainda outras dificuldades resultam das fontes disponíveis sobre a Bahia e da estrutura da indústria açucareira baiana, em que os lavradores de cana geralmente possuíam cerca de um terço de todos os escravos permanentemente empregados na produção do açúcar. Discuto o assunto em mais detalhe em "The Slave Economy", pp. 395-98.

## A ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS NO RECÔNCAVO

Senhores de engenho, lavradores de cana e de fumo e roceiros, todos compravam escravos, mas em quantidades bem diferentes, e os tamanhos de seus plantéis variavam muitíssimo. Em grande medida, a estrutura da posse de escravos no Recôncavo assemelhava-se à distribuição da propriedade fundiária na região.<sup>35</sup> Uma vez que os escravos, como a terra, representavam uma forma de riqueza, um primeiro passo conveniente na análise da distribuição da posse de cativos é examinar índices de Gini de desigualdade. O índice de Gini é uma medida estatística de dispersão ou concentração com valores que variam de 0,0 a 1,0. O índice será igual a 0,0 numa situação hipotética em que a distribuição da riqueza se caracterizar por completa igualdade; quando a riqueza for absolutamente concentrada, seu valor será 1,0. Assim, quanto mais baixo o valor do índice de Gini, mais uniforme e equitativa é a distribuição da posse de escravos.

A Tabela 19 mostra que, quando calculados para a população de escravistas individuais ou de fogos (unidades domésticas, que também podiam ser unidades econômicas)\* com escravos, esses índices sugerem acentuado contraste entre os distritos açucareiros do norte do Recôncavo e o resto da região. A riqueza na forma de escravos era mais concentrada nas freguesias açucareiras tradicionais do lado norte da baía. Nas outras partes do Recôncavo, em áreas produtoras de fumo e mandioca, uma distribuição muito mais uniforme caracterizava a posse de escravos. O mesmo contraste reaparece no número médio de escravos e na parcela da população cativa que pertencia aos indivíduos ou fogos que detinham os maiores plantéis. Assim, em 1835, o plantel médio era quase três vezes maior em Santiago do Iguape do que na vizinha freguesia fumageira de São Gonçalo dos Campos. Dois terços de toda a população escrava do Iguape pertenciam aos 10% que eram donos dos maiores plantéis. Em São Gonçalo dos Campos, os 10% mais ricos possuíam menos de 40% dos cativos residentes na freguesia.

\*Assim, engenhos, sítios e fazendas foram também classificados como fogos nos censos do fim do período colonial e do início do século XIX.

TABELA 19

Indicadores da distribuição da posse de escravos no Recôncavo rural, 1779-1835

Ano	Local	Índice de Gini de desigualdade <sup>b</sup>	Nº médio de escravos possuídos por proprietário	Porcentagem dos escravos possuídos pelos 10% mais ricos proprietários
SOBRETUDO MANDIOCA				
1779	Freguesia de Nazaré	0,50	4,4	36,2
1816-17	Vila de Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré)	0,38	4,5	—
1816-17	Vila de Maragogipe	0,45	4,8	—
SOBRETUDO FUMO				
1835	Freguesia de S. Gonçalo dos Campos	0,56	6,5	39,7
SOBRETUDO AÇÚCAR				
1816-17	Freguesia de Rio Fundo	0,62	10,5	53,0
1816-17	Freguesia de S. Gonçalo da Vila de S. Francisco <sup>a</sup>	0,64	10,4	54,0
1816-17	Freguesia de S. Sebastião do Passé	0,65	16,1	63,0
1816-17	Freguesia de N.S. da Purificação de S. Amaro	0,67	10,0	54,0
1816-17	Freguesia de Socorro	0,70	11,9	58,0
1816-17	Freguesia de Monte	0,77	16,1	78,0
1835	Freguesia de Santiago do Iguape	0,74	18,6	66,4

Fontes: "Lista das pessoas que se achão assistentes na Freguezia de N. Sr<sup>a</sup> de Nazaré..." (1779), APEB, SH, 596; Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 443; "Relação do Nº de Fogos... São Gonçallo [dos Campos]" [1835]; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835).

<sup>a</sup>Inclui também a freguesia de N.S. Madre de Deus do Boqueirão.

<sup>b</sup>Ao calcular o índice de Gini a partir dos censos de Nazaré (1799), do Iguape (1835) e de S. Gonçalo dos Campos (1835), utilizei como unidade de posse o número de escravos presentes num fogo (unidade doméstica, que podia ser considerada também uma unidade econômica já que os engenhos e fazendas foram classificados como fogos). Os índices para 1816-17 foram calculados por Stuart Schwartz a partir de um censo de proprietários de escravos. Ver *Sugar Plantations*, p. 565, n. 7 e cap. 6. Embora a minha análise concorde com a de Schwartz no essencial, sua análise não abrange os distritos fumageiros do oeste do Recôncavo. Também cabe ressaltar que os índices de Gini na tabela não levam em conta a população que não possuía escravos. Quando se incluem os fogos sem escravos, os índices elevam-se consideravelmente: 0,71 em Nazaré em 1779, 0,84 em S. Gonçalo dos Campos em 1835 e 0,95 no Iguape em 1835.

No entanto, o Iguape, como as outras freguesias açucareiras tradicionais, só pode ser considerado exemplo da extrema concentração da posse de escravos numa perspectiva relativamente estreita. Como Stuart Schwartz salienta, quando essa perspectiva se alarga de modo a incluir as colônias produtoras de açúcar das Antilhas, as características que mais se destacam na posse de escravos no Recôncavo são sua distribuição "relativamente uniforme" e o reduzido tamanho médio dos plantéis em todas as partes da região.<sup>36</sup> Essas características ficam evidentes quando examinamos mais atentamente três freguesias representativas: Nazaré das Farinhas, São Gonçalo dos Campos e Santiago do Iguape. Como a Tabela 20 revela, os plantéis de tamanho médio, de 5 a 19 escravos, eram comuns nas três freguesias. Assim também, em todas as três, grande parte dos escravistas chefiava fogos com menos de cinco cativos. Homens e mulheres que possuíam um único escravo, por sua vez, representavam pelo menos um quinto de todos os senhores. Isso era verdade até no Iguape, onde era possível encontrar escravos não só nos engenhos e fazendas de cana, mas também em fogos que pertenciam a pescadores, artesãos, mascates, costureiras e roceiros.

A posse de escravos nestas freguesias e em outras partes do Recôncavo não se restringia à população classificada como branca. Pretos, pardos e cabras livres — entre eles, alguns escravos forros — chefiavam 29,8% de todos os fogos com escravos em São Gonçalo dos Campos e quase a metade (46,5%) no Iguape. Embora possuíssem geralmente apenas um número reduzido de cativos, esses não brancos eram, ainda assim, senhores de escravos.<sup>37</sup>

As principais diferenças entre as três freguesias não estavam na existência de plantéis de tamanho pequeno ou médio e, sim, no topo da escala. Em Nazaré, nenhum fogo empregava mais de 34 escravos, e em São Gonçalo dos Campos só 1,7% de todos os fogos com escravos tinham plantéis de quarenta ou mais cativos. Mas no Iguape, 11,2% dos plantéis compreendiam pelo menos quarenta escravos. Onze fogos na freguesia açucareira possuíam cem ou mais escravos. Essas diferenças tornam-se ainda mais notáveis quando o foco da análise se desloca dos proprietários de escravos para os próprios escravos. A grande maioria dos escravos do Iguape (79,0%) vivia e trabalhava em plantéis de vinte ou mais cativos; mais de dois terços (69,7%) integravam

plantéis de pelo menos quarenta cativos. Em contraste, em São Gonçalo dos Campos e em Nazaré, mais de dois terços dos escravos pertenciam aos fogos que tinham menos de vinte escravos. Uma parcela substancial da população cativa nessas duas freguesias (cerca de 32% em Nazaré e 19,1% em São Gonçalo) morava em unidades de menos de cinco escravos.

#### *Engenhos e fazendas de cana*

Além de indicar disparidades nos níveis de riqueza entre as freguesias, essas diferenças sugerem uma hierarquia de tamanho e de escala entre os estabelecimentos agrícolas. No topo dessa hierarquia estavam, sem dúvida alguma, os engenhos — propriedades que combinavam o cultivo da cana com o fabrico do açúcar. Por essa razão, tinham de manter plantéis suficientemente grandes para suprir a necessidade de mão-de-obra tanto nos canaviais quanto nas casas de moenda e das caldeiras durante os nove meses da safra. Embora um pároco de Santo Amaro tenha afirmado na década de 1750 que nenhum senhor de engenho podia fabricar açúcar com menos de quarenta escravos, alguns engenhos baianos de fato funcionavam com plantéis menores. Um levantamento feito em 1854, por exemplo, indica um total de 632 escravos nos 36 engenhos da freguesia de São Pedro do Açu da Torre, ao norte de Salvador; isso corresponde a uma média inferior a 18 escravos por engenho.<sup>38</sup> Mas Açu da Torre era uma freguesia na periferia do Recôncavo, onde a produção de açúcar só se iniciara por volta de 1800; não é, portanto, representativa dos distritos açucareiros tradicionais da Bahia. A maioria dos senhores de engenho com propriedades na margem norte da baía ou nas suas proximidades empregava de fato mais de quarenta escravos; os mais ricos desses proprietários possuíam plantéis de mais de cem cativos (ver Tabela 21). Nos distritos canavieiros tradicionais, o número médio de escravos por engenho variava entre 53 em São Pedro do Rio Fundo em 1854 e quase 123 em Santiago do Iguape em 1835. Assim, no coração da zona açucareira do Recôncavo, o engenho típico tinha de cinquenta a cem escravos.<sup>39</sup>

TABELA 20  
Distribuição comparativa de proprietários de escravos e de escravos segundo o tamanho do plantel em três freguesias rurais do Recôncavo (em percentagens)

Tamanho do plantel (nº de escravos)	Nazaré das Farinhas 1779 <sup>a</sup>	São Gonçalo dos Campos 1835 <sup>b</sup>	Santiago do Iguape 1835 <sup>c</sup>
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS			
1	30,9%	22,5%	20,7%
2-4	38,8	35,5	27,7
Subtotal	69,7%	58,0%	48,4%
5-9	17,8%	22,0%	20,2%
10-19	10,8	14,0	12,7
20-39	1,7	4,3	7,5
40-59	—	1,7	2,8
60-99	—	—	3,3
100-199	—	—	3,8
200 ou mais	—	—	1,4
Total	100,0%	100,0%	100,0%
ESCRAVOS			
1	7,1%	3,4%	1,1%
2-4	25,0	15,7	3,9
Subtotal	32,1%	19,1%	5,0%
5-9	25,7%	22,1%	7,0%
10-19	31,3	29,9	8,6
20-39	10,9	17,5	9,8
40-59	—	11,4	7,0
60-99	—	—	13,2
100-199	—	—	31,3
200 ou mais	—	—	18,2
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fontes: "Lista das pessoas que se achão assistentes na Freguezia de N. Sr<sup>a</sup> de Nazaré..." (1779), APEB, SH, 596; "Relação do N<sup>o</sup> de Fogos... São Gonçallo [dos Campos]" [1835]; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835).

<sup>a</sup>343 proprietários de escravos; 1.493 escravos.

<sup>b</sup>600 proprietários de escravos; 3.918 escravos.

<sup>c</sup>213 proprietários de escravos; 3.992 escravos.



TABELA 21

Tamanho dos plantéis de escravos nos engenhos do Recôncavo, 1788-1854

Tamanho do plantel (nº de escravos)	Rio Fundo 1788		S. Amaro e S. Francisco do Conde 1816-17 <sup>a</sup>		Santiago do Iguape 1835		Socorro, Matoim e Rio Fundo 1854	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20-39	12	34,3	35	24,0	2	9,5	7	17,1
40-59	5	14,3	27	18,5	2	9,5	14	34,1
60-99	13	37,1	59	40,4	6	28,6	14	34,1
100-149	4	11,4	21	14,4	3	14,3	6	14,6
150 ou mais	1	2,9	4	2,7	8	38,1	0	0,0
Total	35	100,0	146	100,0	21	100,0	41	100,0
Nº médio de escravos por engenho	61,5		67,7		122,8		59,7	

Fontes: Schwartz, *Sugar Plantations*, pp. 306, 450, 454; listas dos proprietários de escravos das freguesias de N. S. da Oliveira, Santana do Catu e S. Domingos da Saubara (1816-17) em APEB, SH, 233; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835); levantamentos dos engenhos das freguesias de Matoim, Socorro e Rio Fundo (1854) in APEB, SH, 4597.

<sup>a</sup>Freguesias de Socorro, Monte, S. Sebastião do Passé, S. Gonçalo da Vila de S. Francisco, N. S. da Purificação de S. Amaro e Rio Fundo. Schwartz, na tabela 16-4 em *Sugar Plantations* (p. 450), analisa a distribuição dos plantéis dos engenhos, segundo faixas de tamanho, em todas as freguesias de S. Amaro e S. Francisco do Conde. Na tabela 16-6 (ibidem, p. 454), fornece, para cada freguesia, a distribuição da posse de escravos, entre senhores de engenho, segundo faixas de tamanho de plantel. Trabalhando com as listas originais do censo de proprietários de escravos de 1816-17 das freguesias de N. S. da Oliveira, S. Domingos da Saubara e Santana do Catu, ajustei as frequências percentuais da tabela 16-4 de Schwartz para excluir os escravos dos senhores de engenhos dessas freguesias.

As fazendas de cana, como não fabricavam açúcar, eram em geral estabelecimentos muito menores. Nem mesmo lavradores de cana excepcionalmente ricos, como Manoel Estanislau de Almeida e o padre Anselmo Dias Rocha, ambos do Iguape, se equiparavam aos grandes senhores de engenho. No início da década de 1830, Almeida tinha 64 escravos a seu serviço na Fazenda da Capela de Santa Maria, que arrendava, e o padre Anselmo empregava 77 trabalhadores cativos em sua Fazenda Cassinum — plantéis que parecem modestos quando comparados com os 233 escravos que moravam no Engenho da Ponta, em 1835, ou com os 250 cativos que Manoel Inácio de Lima Pereira mantinha em seu Engenho da Praia, na mesma freguesia. Se a opera-

ção de um engenho pressupunha na prática a posse de escravos, a lavoura da cana podia dispensá-la. Era perfeitamente possível para um lavrador empobrecido, trabalhando sozinho, plantar e colher cana. O censo feito em 1835 no Iguape arrola vinte lavradores de cana que não tinham escravo algum e que só contavam com a ajuda dos filhos e, em alguns casos, de um ou outro agregado doméstico. Mas esses teriam sido no máximo produtores "marginais"; a cana que cultivavam não teria respondido por mais que uma fração ínfima do açúcar fabricado nos engenhos daquela freguesia.<sup>40</sup>

Dos 66 lavradores de cana do Iguape que possuíam escravos em 1835, mais da metade tinha entre 5 e 19; outros 18% tinham plantéis de 20 a 39 cativos. Fontes provenientes de várias partes do Recôncavo indicam que, em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX, os lavradores de cana tinham, em média, de dez a 17 escravos (ver Tabela 22). A lavoura da cana pode ser identificada, portanto, como uma atividade caracterizada por plantéis de tamanho médio.

TABELA 22

Tamanho dos plantéis de escravos nas fazendas de cana do Recôncavo, 1780-1860

Tamanho do plantel (nº de escravos)	S. Amaro, S. Francisco do Conde e Iguape 1780-1860		S. Amaro e S. Francisco do Conde 1816-17		Santiago do Iguape 1835	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-4	16	13,2	117	24,5	11	16,7
5-9	27	22,3	156	32,6	20	30,3
10-19	41	33,9	139	29,1	17	25,8
Subtotal	68	56,2	295	61,7	37	56,1
20-39	29	24,0	63	13,2	13	19,7
40 ou mais	8	6,6	3	0,6	5	7,6
Total	121	100,0	478	100,0	66	100,0
Nº médio de escravos por fazenda	17,2		10,5		14,3	

Fontes: Inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT; Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 452; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835).

*Fazendas e sítios de fumo*

É muito mais difícil determinar o tamanho típico dos plantéis das fazendas e sítios de fumo do Recôncavo. A dificuldade provém, em parte, da história irregular das exportações entre 1780 e 1860. Embora, para os produtores de açúcar, as oito décadas que se seguiram a 1780 tenham representado, de modo geral, um período de prosperidade, o comércio do fumo passou por uma estagnação prolongada na primeira metade do século XIX. A proibição do tráfico ao norte da linha do equador, em 1815, e a perda, a partir de 1822, do acesso privilegiado ao mercado português resultaram na queda quase constante das exportações de fumo a partir de 1816. As vendas no exterior permaneceram reduzidas até a segunda metade da década de 1840, quando os lavradores baianos começaram a produzir grandes quantidades de fumo em folha. A nova concentração no fumo em folha representou mais do que a mera substituição de uma variedade por outra. O preparo do tabaco em folha curado, que se prestava à fabricação de charutos e cigarros, envolvia processos menos elaborados e menos trabalhosos do que o beneficiamento do fumo de corda. Mais de duas décadas de declínio e estagnação nas exportações e a difusão do fumo em folha acarretaram mudanças na lavoura fumageira: à medida que os grandes plantéis se foram dispersando, o tabaco atraiu um número crescente de lavradores pobres que não possuíam escravos e que podem ser considerados camponeses. Mesmo assim, os lavradores de fumo de recursos maiores continuaram a se valer da mão-de-obra escrava até a abolição.

Para acompanhar e analisar as mudanças ocorridas na lavoura fumageira, convém lembrar que o fumo podia ser cultivado com eficiência quase igual num lote de meio hectare ou numa grande fazenda. Por isso mesmo, sempre foi uma lavoura de menos prestígio do que a cana-de-açúcar. É verdade que seu cultivo adequado envolvia muito trabalho e várias operações delicadas — do transplante das mudas à poda cuidadosa e à colheita folha por folha —, mas o período de desenvolvimento era curto, apenas de seis a oito semanas. A cana recém-plantada, em contraste, levava até um ano e meio para amadurecer. O fumo crescia bem nos mesmos solos leves e arenosos que eram adequados para a mandioca; por isso, os lavradores podiam combinar facilmente seu cultivo com a produção de fari-

nha. Além do mais, o beneficiamento do fumo não exigia nenhum investimento pesado em equipamentos ou outras instalações.<sup>41</sup>

Assim, Francisco Adolfo de Varnhagen, num relatório sobre a lavoura fumageira na Bahia, pôde escrever em 1863:

A indústria do tabaco é de todas as entretropicais a que requer menos capitais (...) O pobre que não tem mais que um rancho por ele feito, de parede de sopapo e coberto de sapé, e uma pouca de terra que lhe deram ou aforou, para sua roça de mandioca, possui já quase todo quanto lhe basta para ser cultivador de tabaco.<sup>42</sup>

A produção camponesa neste ramo da agricultura de exportação, cujas origens remontam pelo menos à década de 1770, parece ter-se generalizado na primeira metade do século XIX. Em 1835, na freguesia de São Gonçalo dos Campos, no próprio coração dos “campos da Cachoeira”, famosos pelo cultivo do fumo, quase dois terços (64,5%) de todos os fogos chefiados por lavradores não possuíam nenhum escravo. A difusão do fumo em folha, a partir de meados da década de 1840, tornou a lavoura fumageira ainda mais acessível às camadas mais pobres da população livre. De fato, a partir de 1850, os observadores passaram a associar, cada vez mais, o fumo à produção camponesa. Contribuíram, dessa maneira, para estabelecer a duradoura reputação do tabaco como “lavoura de pobre” ou “lavoura de quintal”.<sup>43</sup>

O cultivo do fumo efetivamente abria possibilidades de participar da economia de exportação a lavradores pobres e também a agregados e outros homens e mulheres que viviam de favor em terras alheias. Também lhes permitia, em alguns casos, acumular a riqueza necessária para se tornarem senhores de escravos — não, decerto, donos de grandes plantéis, mas, mesmo assim, proprietários de escravos. A existência dessas oportunidades fica clara a partir do censo realizado em 1835 em São Gonçalo dos Campos. Entre os 551 lavradores da freguesia que empregavam a mão-de-obra cativa, a posse média era de 6,8 escravos. Mais da metade desses lavradores (55,9%) tinha menos de cinco cativos; um terço possuía apenas um ou dois escravos.<sup>44</sup> A presença de tantos lavradores de fumo com plantéis de tamanho tão reduzido torna difícil estabelecer uma distinção

nítida entre a produção camponesa e a agricultura escravista nos distritos fumageiros de Cachoeira.

No caso dos lavradores de fumo em melhores condições — definidos aqui como aqueles que possuíam um patrimônio suficiente para justificar as despesas da feitura de um inventário *post-mortem* —, a documentação permite comparar as mudanças no tamanho de seus plantéis ao longo do tempo. A Tabela 23 mostra que, nos anos de 1780 a 1815, quando a prosperidade caracterizava o comércio exportador de fumo, quase 70% dos lavradores com recursos maiores legavam a seus herdeiros entre 5 e 19 escravos. O plantel médio era de quase 15 escravos. Em tamanho, portanto, as fazendas e sítios desses agricultores assemelhavam-se às fazendas dos lavradores de cana do Iguape, de Santo Amaro e de São Francisco do Conde; eram estabelecimentos de porte médio. A documentação dessa maneira revela a presença nos distritos fumageiros de um número significativo de agricultores prósperos, que se distinguiam claramente da maioria de seus vizinhos: lavradores camponeses que cultivavam o fumo e gêneros de subsistência com ou sem a ajuda de um ou dois escravos.

TABELA 23  
Tamanho dos plantéis de escravos nas fazendas e sítios de fumo do município de Cachoeira, 1780-1860

Tamanho do plantel (nº de escravos)	1780-1815		1816-1845		1846-1860	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-4	12	11,8	20	20,4	16	28,6
5-9	29	28,4	29	29,6	24	42,9
10-19	42	41,2	28	28,6	11	19,6
Subtotal	73	69,6	57	58,2	35	62,5
20-39	14	13,6	10	10,2	5	8,9
40-59	5	4,9	5	5,1	0	0,0
60 ou mais	0	0,0	6	6,1	0	0,0
Total	102	100,0	98	100,0	56	100,0
Nº médio de escravos por lavrador de fumo	14,7		20,0		8,7	

Fontes: Inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT.

As freguesias fumageiras de Cachoeira, além disso, também tinham sua quota de lavradores realmente ricos. Incentivados pelos altos preços que o seu produto alcançava antes de 1815 e pelo crédito fácil que os comerciantes ofereciam, eles expandiram suas plantações e aumentaram o tamanho de seus plantéis. João Ferreira de Melo, por exemplo, tinha 64 escravos em suas fazendas perto do arraial de Belém da Cachoeira, enquanto, mais ao norte, nada menos que noventa escravos trabalhavam nas terras de Francisco Machado da Silva e de sua mulher, dona Ana Rosa de Santa Maria. Alguns desses lavradores ricos estavam à frente de fazendas de fumo inegavelmente grandes, comparáveis em tamanho aos engenhos da margem norte da baía. Assim, dona Úrsula Maria das Virgens mantinha cinquenta escravos em sua Fazenda da Terra Dura, em São Gonçalo dos Campos. Maior ainda era o plantel de 79 escravos que Antônio Lopes Ferreira e Souza tinha na Fazenda da Vargem, na mesma freguesia. Mas, como a produção de fumo só proporcionava economias de escala limitadas, a maioria dos lavradores abastados preferia, ao que parece, dividir seus plantéis em unidades de tamanho médio. Os 64 cativos de João Ferreira de Melo cultivavam fumo, mandioca, milho e feijão nas suas três fazendas, Quilombo, Laranjeira e Cajazeira. De modo semelhante, os escravos de Francisco Machado da Silva e sua mulher também estavam divididos entre três fazendas diferentes.<sup>45</sup>

Esses quatro lavradores ricos pertenciam a uma geração que se beneficiou da prosperidade que as exportações de fumo trouxeram nos primeiros anos do século XIX. Viveram também o suficiente para ver o início da depressão após 1815. Suas mortes e as de outros lavradores de fumo abastados nas décadas de 1820 e 1830 explicam um paradoxo: os inventários *post-mortem* feitos entre 1816 e 1845 indicam não uma redução, mas um aumento no tamanho médio dos plantéis nas freguesias fumageiras de Cachoeira. Esse aumento é enganoso; esconde uma tendência para plantéis menores e, portanto, para fazendas e sítios também menores. A proporção de lavradores de fumo que deixaram menos de cinco escravos para seus herdeiros já havia quase duplicado, subindo de pouco menos de 12% antes de 1815 para mais de 20% nos anos entre 1816 e 1845. A prosperidade voltaria aos distritos fumicultores do Recôncavo em fins da

década de 1840. Mas, ao contrário do *boom* anterior, essa recuperação de meados do século XIX, baseada em vendas crescentes do fumo em folha, não geraria grandes plantéis de escravos. Nenhum lavrador inventariado depois de 1845 possuía mais de 39 cativos.

Em última análise, porém, é muito mais notável que, apesar da longa depressão nas exportações e da mudança para o fumo em folha, os lavradores de Cachoeira tenham continuado a usar a mão-de-obra escrava. Em meados do século XIX, três quintos (62,5%) de todos os lavradores de fumo com bens inventariados ainda possuíam plantéis de tamanho médio. A produção escravista de fumo sobreviveria no Recôncavo por mais três décadas. Em 1887, um ano antes da abolição, Antônio de Cerqueira Pinto Brandão mantinha um plantel de 17 escravos em sua Fazenda Tibiri, perto de Belém da Cachoeira e não muito longe das fazendas onde, sessenta anos antes, João Ferreira de Melo empregara 64 escravos. E a Fazenda Tibiri não era única; na década de 1880, escravos continuavam a plantar e colher fumo em fazendas e sítios por todo o município da Cachoeira.<sup>46</sup>

#### *Fazendas e sítios produtores de mandioca*

Entre todos os estabelecimentos rurais do Recôncavo, as fazendas e sítios que se dedicavam principalmente à cultura da mandioca eram os menores. João Rodrigues de Brito falou em 1807 dos "miseráveis Lavradores de farinhas... que pela sua pobreza mereciam até comiseração".<sup>47</sup> De fato, se comparados com os senhores de engenho ou mesmo com os lavradores de fumo mais prósperos, os roceiros do sul do Recôncavo parecem paupérrimos. Por exemplo, segundo um levantamento feito em 1781 na vila de Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré), 170 lavradores de mandioca eram escravistas. Destes, só 13 (7,6%) tinham dez ou mais escravos, enquanto 68,2% possuíam menos de cinco; e, para mais de um terço (37,6%), o levantamento registra a posse de apenas um ou dois cativos.<sup>48</sup> Vários censos e levantamentos sugerem que, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o típico lavrador escravista de mandioca do sul do Recôncavo e de outras partes do litoral baiano possuía de dois a oito cativos.<sup>49</sup>

Sem dúvida alguma, defrontamo-nos aqui com o uso da mão-de-obra escrava numa escala muito pequena e com estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos. No entanto, não se trata necessariamente daquilo que Caio Prado Júnior, com base em descrições da Bahia feitas no fim do período colonial, classificou como "uma mesquinha agricultura de subsistência", praticada por roceiros "decadentes" e "degenerados", "o elemento humano residual" da sociedade colonial. É verdade que, na década de 1780, havia entre os roceiros de Jaguaripe, Nazaré e Maragogipe lavradores como "Rodrigo por sobrenome não perca" e ex-escravos como "Inácia jeje" e "Luís preto forro". Era gente assim, contudo, que, com os demais roceiros das vilas do sul, produzia os grandes excedentes de farinha de mandioca que abasteciam o mercado regional crescente.<sup>50</sup>

Os comentários de Caio Prado ignoram, além disso, graduações mais sutis de fortuna, *status* e poder político. Muitos roceiros de Jaguaripe eram empobrecidos, mas nem todos eram igualmente pobres. Um proprietário de oito ou dez escravos, que chamaria pouca atenção nas freguesias açucareiras da margem norte da baía, seria classificado como abastado no sul do Recôncavo no final do século XVIII. Por exemplo, Pedro José Barreto, dono de dez escravos e de roças que, em 1789, talvez tenham produzido mais de dois mil alqueires de farinha, era tenente das ordenanças. Na década de 1790, Pedro José foi nomeado inspetor de farinhas de Nazaré, um posto que lhe dava a responsabilidade de fiscalizar o comércio desse produto e também a oportunidade de manipulá-lo em proveito próprio. Seu antecessor no cargo, Francisco da Silva de Andrade, um capitão das ordenanças, também era lavrador, além de comerciante, que costumava emprestar dinheiro a outros lavradores de mandioca e comprar os estoques de farinha que levavam para a feira semanal de Nazaré. O capitão Francisco mandava esses estoques a Salvador em suas duas lanchas, capazes de carregar toda semana quase 1.300 alqueires de farinha.<sup>51</sup>

Esses homens certamente não eram camponeses. Mas também não eram representantes típicos dos lavradores escravistas de mandioca. Para a maioria destes, que só possuíam uns poucos escravos e, muitas vezes, apenas um cativo, é preciso indagar se faz algum sentido insistir numa

distinção radical entre a agricultura escravista e a lavoura camponesa. Considere-se, por exemplo, um par de roceiros que constam das "relações de lavradores" feitas em Jaguaripe em 1781: Francisco Antônio, que tinha dois escravos, e Manoel Ferreira, que não tinha nenhum. Talvez por possuir uma família maior e filhos mais crescidos, ou por contar com a ajuda de um agregado, Manoel Ferreira plantou em 1781 5 mil covas de mandioca, o mesmo número que Francisco Antônio. Tome-se outro par de roceiros, arrolados no censo de Iguape em 1835: Tomé Pereira de Carvalho e Pedro José. O primeiro era o chefe de um fogo que incluía sua mulher, Maria Joaquina, os dois filhos pequenos do casal e o escravo Bernardo. Pedro José, que morava com a mulher, Ana Rita, e seus três filhos, não possuía nenhum escravo.

Esses quatro roceiros e suas famílias deviam levar vidas muito parecidas. Francisco Antônio e Tomé Pereira de Carvalho tinham escravos que podiam usar no plantio e na colheita da mandioca, mas, sem dúvida, os dois também pegavam na enxada e trabalhavam em suas roças. Do mesmo modo, embora os dois possuísem escravos que poderiam legar a seus filhos, sua condição de lavrador escravista era, no mínimo, precária. Uma seqüência de más colheitas facilmente poderia obrigá-los a vender seus escravos. Também poderiam deixar de ser agricultores escravistas de um momento para outro se seus escravos ficassem doentes e morressem ou se fugissem. Inversamente, com algumas colheitas fartas vendidas a bom preço e com uma boa dose de sorte, Manoel Ferreira e Pedro José talvez conseguissem amealhar o dinheiro necessário para comprar um escravo. Deixariam, nesse caso, de ser lavradores camponeses para se tornar agricultores escravistas.

*O juiz de paz na roça*, a comédia de Luís Carlos Martins Pena, encenada pela primeira vez em 1838, permite-nos ter uma idéia da vida que estes pequenos lavradores escravistas levavam. Na primeira cena, Maria Rosa, a mulher de Manoel João, e sua filha, Aninha, estão costurando. Maria Rosa manifesta o temor de que o marido, um lavrador, esteja a trabalhar demais, ao que Aninha replica: "Minha mãe sabe muito bem que ele só tem Agostinho." Como logo fica claro, Agostinho é o único escravo da família. "Meu pai", continua Aninha, "disse que quando desmanchar o mandiocal grande, há-de comprar uma negrinha para mim." A mãe res-

ponde que sabe desses planos, mas já lembrou a Aninha que os escravos custam caro.

Algumas cenas depois, aparece Manoel João, vestindo calças de ganga azul, uma das pernas arregaçada, e uma japona de baeta azul. Descalço, tem uma enxada no ombro. Acompanha-o Agostinho, também de enxada no ombro e um cesto de café recém-colhido na cabeça. Agostinho não usa japona; veste só uma camisa e calça de algodão. Nas suas indicações de cena, Martins Pena não se dá ao trabalho de especificar que Agostinho também está descalço; o dramaturgo podia presumir com segurança que não ocorreria a nenhum diretor no Brasil do século XIX calçar um ator que representava um escravo rural.<sup>52</sup>

Depois de cumprimentar a mulher, Manoel João começa a se queixar da trabalhadeira que tivera. "Limpei o mandiocal... Fiz uma derrubada... Limpei a vala..., e logo pertendo [*sic*] colher café." E em seguida, diz, dirigindo-se à filha: "Quando acabares de jantar, pega em um samburá e vai colher o café que está à roda da casa." Numa cena posterior, dirá à mulher: "Não se esqueça de mexer a farinha e de dar de comer às galinhas."

A seguir, Manoel João, Maria Rosa, Aninha e Agostinho sentam-se para partilhar uma refeição — senhor e escravo, que trabalham lado a lado no eito, comem à mesma mesa. Manoel João, tanto quanto qualquer senhor de engenho rico, é um escravista; está também politicamente comprometido com a sobrevivência do escravismo no Brasil. No entanto, vive, em seu dia-a-dia, em estreito e constante contato com seu único cativo. Nem na roça, onde empenha uma enxada, nem à mesa de jantar, onde come com as mãos e depois lambe os dedos, poderia se fazer passar por um grande e altivo senhor do tipo descrito por Gilberto Freyre em seus muitos estudos sobre a escravidão no Nordeste do Brasil.<sup>53</sup>

É difícil imaginar como as vidas cotidianas dos muitos roceiros e lavradores de fumo baianos que, como Manoel João, tinham só um escravo, podiam diferir radicalmente das levadas por seus vizinhos que não possuíam sequer um escravo. Também é difícil conceber que a compra de mais um ou dois cativos provocaria mudanças fundamentais na vida desses pequenos agricultores escravistas. A posse de dois ou três escravos não

libertava um lavrador e sua família do trabalho de casa e da roça; no máximo, reduzia as horas que tinham que dedicar a esse trabalho e permitia que a família evitasse os serviços mais pesados.<sup>54</sup> O mais provável, e mais importante, é que desse à família maior grau de segurança econômica ao possibilitar aumentos da produção tanto para consumo doméstico como para venda.

Em alguns casos, o contato diário nas roças e nas refeições partilhadas talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores escravistas e seus cativos. No entanto, como Martins Pena nos mostra, intimidade não implicava igualdade. Na peça, Manoel João veste uma japona; Agostinho não. Quando os dois voltam do trabalho, é Agostinho, não Manoel João, quem carrega o cesto de café recém-colhido. Maria Rosa tem jacuba (um tipo de refresco) pronta para o marido sedento, mas nada para o escravo não menos sedento. Quando a família se senta para comer, ficamos sabendo que o estoque de carne-seca da casa acabou. O pouco que resta vai parar nos pratos de Manoel João, Maria Rosa e Aninha; Agostinho tem de se contentar com farinha e laranjas. Desigualdades como estas, embora possam parecer insignificantes quando comparadas com as que distinguiam os senhores de engenho e lavradores de fumo abastados de seus escravos, nem por isso deixavam de ser reais; reafirmavam a autoridade dos senhores sobre seus escravos.

#### A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO RECÔNCAVO RURAL

Nos pequenos sítios, assim como nos grandes engenhos, a perpetuação dessa autoridade dependia não só da demonstração diária de desigualdades, mas também da reprodução da mão-de-obra escrava a longo prazo. Muito simplesmente, sem escravos não poderia haver nem senhores nem qualquer economia escravista. Os historiadores sabem há muito tempo que as populações escravas da maioria das sociedades de *plantation* das Américas não se caracterizavam por um crescimento demográfico auto-sustentado e que as únicas exceções importantes a esta regra foram o Sul dos Estados Unidos e, no início do século XIX, a ilha de Barbados. Em

todos os outros lugares, para aumentar ou apenas manter o tamanho da população cativa, era preciso importar constantemente africanos recém-escravizados. Por essa razão, o fim do tráfico atlântico resultou, em geral, num declínio contínuo da população escrava.<sup>55</sup>

A historiografia já foi além dessas observações amplamente aceitas; os estudos mais recentes tentam explicar por que a maioria das populações escravas não conseguia se auto-reproduzir. Embora o tema continue sendo polêmico, já está claro que, nas regiões em que os proprietários rurais dependiam sobretudo do tráfico negreiro para o recrutamento de mão-de-obra, as populações escravas costumavam apresentar duas características.<sup>56</sup> Primeiro, os africanos, em vez de crioulos,\* compunham, se não a maioria, pelo menos grande parte da população escrava. Segundo, os homens eram mais numerosos que as mulheres. Esta segunda característica resultava diretamente da primeira, pois cativos do sexo masculino eram exportados da África em quantidades muito maiores que mulheres. As duas características, por sua vez, contribuíam para criar taxas negativas de crescimento natural entre as populações escravas. O déficit de mulheres reduzia a taxa de natalidade; e, como os escravos africanos recém-chegados eram expostos a doenças que desconheciam, experimentavam taxas de mortalidade extremamente altas, o que contribuía para produzir um número de mortes maior que o de nascimentos. Gradualmente, à medida que as sociedades escravocratas amadureciam e uma população de escravos crioulos se desenvolvia, o desequilíbrio entre os sexos e a proporção de africanos tendiam a diminuir.<sup>57</sup> Mas enquanto os proprietários rurais continuavam a recorrer sobretudo ao tráfico atlântico para recrutar a mão-de-obra, o número de homens continuava a superar o de mulheres e os africanos representavam uma parcela substancial da população.

Tudo isto certamente se aplica tanto ao Brasil em geral quanto à Bahia. A migração forçada de mais de 400 mil africanos para a Bahia entre 1786

\*Na discussão que se segue, utilizo o termo *crioulo* no sentido técnico que se lhe dá na historiografia internacional sobre a escravidão; i.e., para designar um escravo nascido nas Américas, qualquer que fosse sua cor. O termo, portanto, não é equivalente à expressão *crioulo* encontrada na documentação setecentista e oitocentista, onde serve para designar um escravo preto nascido no Brasil.

e 1851 deixou a província com uma população de quase 175 mil escravos em 1872-73. Embora as informações sobre os períodos anteriores sejam talvez menos confiáveis, nada contém que altere a conclusão geral: o crescimento da população escrava na Bahia *como um todo* sempre dependeu do tráfico atlântico. Observadores da época, de José da Silva Lisboa no início da década de 1780 a Miguel Calmon na de 1830 e João Monteiro Carson vinte anos depois, não tinham dúvidas sobre a questão. Suas opiniões coincidem com as conclusões a que chegaram mais recentemente historiadores. Estes, "adotando uma perspectiva de longo prazo", afirmam que, no Recôncavo, a dependência do tráfico atlântico determinou os padrões demográficos da população escrava entre fins do século XVI e a primeira metade do século XIX: os africanos sempre responderam pela maioria dos cativos, e o número de homens sempre superou de longe o de mulheres.<sup>58</sup>

Essa "perspectiva de longo prazo", porém, é também necessariamente muito ampla. Em consequência, tal como os observadores da época, esses historiadores não levam em conta as diferenças significativas que já haviam surgido na população escrava baiana em fins do século XVIII. As fazendas e sítios de mandioca e de fumo do Recôncavo não reproduziam os padrões demográficos encontrados nos engenhos da região. Só se examinarmos de perto cada tipo de estabelecimento rural, poderemos entender melhor as diferentes maneiras pelas quais a escravidão supria a necessidade de mão-de-obra nos distritos rurais do Recôncavo.

#### *Fazendas e sítios produtores de mandioca*

Devido à escassez de evidências, essas diferenças talvez fiquem menos claras no caso da produção de mandioca. Lamentavelmente, ainda não se descobriram censos ou levantamentos de outro tipo que forneçam informações detalhadas sobre a população escrava do sul do Recôncavo no final do período colonial. Tudo o que temos hoje é o censo feito em 1788 da área que mais tarde se tornaria o município de Taperoá, no litoral logo ao sul do Recôncavo. O documento arrola os escravos pelo nome, tornando possível determinar-lhes o sexo; mas não registra seus locais de nascimento. No início da década de 1780, os lavradores de Taperoá, que havia muito

produziam farinha para o mercado de Salvador, começaram a cultivar também arroz. A mandioca, porém, continuou sendo, mesmo no fim dessa década, o principal cultivo da área.<sup>59</sup> Pode-se, portanto, usar de maneira cautelosa os dados desse censo de 1788 para tentar estabelecer os padrões demográficos do sul do Recôncavo.

Para investigar esses padrões nos anos posteriores a 1825, pode-se recorrer aos inventários *post-mortem* registrados nos cartórios de Nazaré e Maragogipe. Uma amostra desses inventários fornece informações sobre o sexo e a naturalidade de 650 escravos pertencentes a 106 lavradores nos dois municípios. Mas a maioria dos processos data das décadas de 1840 e 1850, quando os lavradores do sul do Recôncavo cultivavam, além de mandioca, fumo e café. Mais uma vez, o cultivo de outros gêneros além da mandioca torna menos firmes as conclusões baseadas na documentação disponível.

No entanto, se havia a expectativa de que as populações escravas desses distritos produtores de mandioca mostrariam o padrão característico de um desequilíbrio entre os sexos e de um predomínio de africanos, o censo de 1788 e os inventários não a confirmam. Entre os escravos dos lavradores de Taperoá, a razão (ou taxa) de masculinidade era de apenas 118 homens para cada 100 mulheres.<sup>60</sup> Os inventários de Nazaré e Maragogipe indicam uma razão ainda mais baixa: 108 homens para 100 mulheres. Esses inventários revelam também uma percentagem surpreendentemente baixa de africanos: menos de um quarto (22,4%) de todos os cativos que pertenciam aos 106 lavradores. Uma possível explicação está no diferencial entre os preços pagos por escravos do sexo masculino e feminino. O preço de uma mulher era, em geral, de 10 a 20% menor que o de um escravo masculino. Talvez os lavradores de mandioca, que obtinham apenas uma renda relativamente modesta com as vendas de farinha, viessem durante muito tempo comprando mais escravas que escravos.<sup>61</sup>

#### *Engenhos e fazendas de cana*

Fontes bem mais abundantes tornam mais confiável a descrição dos padrões demográficos que caracterizavam os engenhos e fazendas de cana

do Recôncavo. Podemos tomar como ponto de partida o censo de Santiago do Iguape feito em 1835, que arrola 3.518 escravos que trabalhavam em 21 engenhos e 66 fazendas de cana. Mais da metade desses escravos (56,1%) tinha nascido na África. Essa população como um todo exibia uma razão de masculinidade de 152 homens para cada 100 mulheres, disparidade que resultava diretamente da dependência do tráfico atlântico para a reprodução da força de trabalho. Assim, enquanto a razão de masculinidade era de apenas 104 entre os crioulos, entre os africanos era de 208.

O desequilíbrio entre os sexos era, em geral, maior nos engenhos do que nas fazendas de cana. Além de braços para a lavoura, os senhores de engenho precisavam de grande número de trabalhadores especializados e semi-especializados, que, na maior parte, eram do sexo masculino. De fato, a freguesia do Iguape oferece exemplos de propriedades com populações verdadeiramente antinaturais, como os engenhos vizinhos São Domingos e Santa Catarina, ambos do coronel Domingos Américo da Silva, e o Engenho da Cruz, do capitão Tomé Pereira Araújo. Nos dois primeiros a razão de masculinidade era de 193; no Engenho da Cruz o desequilíbrio era ainda maior: para cada duas escravas a seu serviço, o capitão Tomé tinha cinco do sexo masculino. Juntos, estes três engenhos tinham uma força de trabalho de 401 escravos, dos quais 70,0% eram africanos.<sup>62</sup>

Os mesmos padrões demográficos reaparecem em censos parciais de 1825-26 do Iguape e de outras freguesias de Cachoeira, que fornecem informações sobre mais de mil escravos empregados em catorze engenhos. Também reaparecem nos inventários *post-mortem* de Santo Amaro, de São Francisco e do Iguape. Os inventários indicam que, no período de 1780 a 1860, nada menos que 50,1% de todos os escravos que moravam e trabalhavam nos engenhos do norte do Recôncavo eram africanos e que, entre esses escravos, a razão de masculinidade era de 147 homens para cada 100 mulheres (ver Tabela 24).

TABELA 24  
Composição da população escrava nos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo, 1780-1860

Local e data	Nº de escravos	Razão de masculinidade <sup>a</sup>	Africanos como % da pop. <sup>b</sup>
Iguape, 1835			
Engenhos	2.579	155	57,9%
Fazendas de cana	939	143	50,9
Engenhos e fazendas de cana	3.518	152	56,1
Cachoeira, 1825-26 <sup>c</sup>			
Engenhos	1.029	189	54,9
S. Amaro, S. Francisco do Conde e Iguape, 1780-1860 <sup>d</sup>			
Engenhos	3.208	147	50,1
Fazendas de cana	2.084	138	45,7
Engenhos e fazendas de cana	5.292	143	48,7

Fontes: "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835); Censos (Cach., 1825-26), ARC, PAE; inventários *post-mortem*, ABEB, SJ, IT e ARC, IT.

Obs.: Razão de masculinidade = o número de homens para cada cem mulheres.

<sup>a</sup>As razões de masculinidade não levam em conta os escravos cujo sexo não pode ser determinado na documentação.

<sup>b</sup>As percentagens excluem os escravos cuja naturalidade não pode ser determinada na documentação.

<sup>c</sup>Nove engenhos na freguesia do Iguape e cinco em outras freguesias.

<sup>d</sup>Inclui um engenho situado numa freguesia suburbana de Salvador e outro no município de Abrantes. Os dois pertenciam a senhores de engenho que também possuíam terras em S. Francisco do Conde.

Esses números são altos para uma região em que a produção escravista de açúcar tivera início em meados do século XVI, cerca de setenta anos antes de os colonos ingleses estabelecerem os primeiros *sugar works* (engenhos) em Barbados. Segundo Philip Curtin, "nas próprias colônias açucareiras, a história demográfica tendia a seguir um padrão regular ao longo do tempo". Nessas colônias, após um período inicial de povoamento e grande dependência do tráfico negreiro, a predominância de africanos e de homens teria, aos poucos, dado lugar a uma população escrava majoritariamente crioula, com uma razão de masculinidade mais equilibrada. No entanto, freguesias como Santiago do Iguape, que deviam apresentar no mínimo grandes semelhanças com as colônias mais antigas — ilhas como Barbados, Saint Kitts ou Antígua —, equiparavam-se, antes, às colônias açucareiras mais novas das Antilhas, como Trinidad. Em Trinidad, a in-



dústria açucareira recém-instalada expandiu-se rapidamente a partir dos fins da década de 1780, de tal modo que em 1813 a ilha tinha 221 *sugar estates*, ou seja, propriedades produtoras de cana com engenhos próprios. Dos mais de 12 mil escravos que trabalhavam nessas propriedades, 58,2% eram africanos, e a razão de masculinidade era de 141 — números praticamente idênticos aos apurados para os engenhos e fazendas de cana do Iguape em 1835.<sup>63</sup> Assim, mais de dois séculos depois que os primeiros escravos africanos começaram a trabalhar nos canaviais e engenhos do Recôncavo, os senhores de engenho e lavradores de cana da região continuavam a depender sobretudo do tráfico atlântico para recompor e aumentar seus plantéis.

#### *Fazendas e sítios de fumo*

Em 1835, o mesmo ano em que o padre Pedro Antônio de Campos Turipaz, vigário de Santiago do Iguape, recenseou seus paroquianos, outro vigário, o padre Vicente Ferreira Gomes, fez um censo da freguesia vizinha, São Gonçalo dos Campos, na época provavelmente o centro mais importante da lavoura fumageira do Recôncavo. Os lavradores de São Gonçalo dos Campos, segundo o censo do padre Vicente, possuíam 3.762 escravos, quase o mesmo número que os senhores de engenho e lavradores de cana do Iguape.<sup>64</sup> Exceto pelo tamanho, contudo, as duas populações escravas eram completamente diferentes. Os africanos, que, nos engenhos e fazendas de cana do Iguape, correspondiam a nada menos que 70% dos escravos em idade de trabalhar (15 a 45 anos), representavam apenas 23,6% dos cativos na mesma faixa etária nos fogos chefiados por lavradores da freguesia fumageira. O contraste também se mostra acentuado quando se amplia o foco para incluir escravos de todas as idades. Os africanos constituíam mais da metade da população escrava dos engenhos e fazendas de cana do Iguape. Mas, nas fazendas e sítios de fumo de São Gonçalo dos Campos, representavam somente 19,1% de todos os cativos. A grande maioria (80,9%) dos escravos que trabalhavam na lavoura fumageira nessa freguesia havia nascido no Brasil.

As diferenças não terminavam por aí. A razão de masculinidade desta população majoritariamente crioula era quase equilibrada, havendo apenas

106 homens para cada 100 mulheres. Além disso, as escravas de São Gonçalo dos Campos parecem ter sido bem mais fecundas do que as do Iguape. Nos fogos chefiados por lavradores, o censo da freguesia fumageira arrola um total de 811 crianças escravas nascidas no Brasil com menos de dez anos, ou uma proporção de 85 crianças para cada 100 cativas entre 15 e 44 anos. Essa proporção, conhecida como a razão criança-mulher ou a taxa geral de fecundidade, é baixa; baixa demais, ao que tudo indica, para permitir qualquer taxa positiva de crescimento natural. Mesmo assim, é nada menos que 35% maior que a taxa correlata para a população escrava dos engenhos e fazendas de cana do Iguape (62,9). A taxa geral de fecundidade pode ser usada também para calcular uma estimativa aproximada do número de filhos sobreviventes que as escravas tinham, em média, durante suas vidas reprodutivas. Enquanto as escravas dos engenhos e fazendas de cana do Iguape tinham, em média, apenas 1,89 filho sobrevivente, a média das que trabalhavam nas fazendas e sítios de fumo em São Gonçalo dos Campos era um pouco superior a 2,5.<sup>65</sup> Para que uma população seja capaz de se reproduzir naturalmente, uma média de dois é suficiente.

Estas estimativas, reconhecidamente grosseiras, não levam plenamente em conta a mortalidade infantil e adulta, e por isso certamente superestimam o número médio de crianças sobreviventes em ambas as freguesias. Sugerem, contudo, um forte contraste nas taxas de fecundidade entre as escravas dos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo e as que eram empregadas no cultivo de fumo na mesma região. Indicam também a possibilidade de que, na década de 1830, as escravas de São Gonçalo dos Campos já davam à luz filhos em número quase suficiente para manter, ao longo do tempo, o tamanho total da população cativa daquela freguesia.

Estes resultados, que contrariam frontalmente as teses estabelecidas sobre a escravidão e a agricultura de exportação tanto no Brasil em geral quanto na Bahia, suscitam necessariamente questões sobre a fidedignidade do censo feito em 1835 em São Gonçalo. Será que o padre Vicente e seus recenseadores se enganaram repetidamente, classificando africanos como escravos nascidos no Brasil e homens como mulheres? Ou será que os lavradores de São Gonçalo dos Campos erraram ao informar as naturalidades de seus escravos? Uma série de censos parciais de 1825-26 permite-nos descartar essas possibilidades como extremamente improváveis (ver a

Tabela 25). É verdade que esses censos indicam uma razão de masculinidade mais elevada e uma proporção maior de escravos africanos nas freguesias mais esparsamente povoadas ao sul do rio Paraguaçu, como Muritiba e Cruz das Almas, onde a lavoura fumageira estava menos bem estabelecida e onde, na década de 1820, a produção de café estava se expandindo. Ainda assim, a razão de masculinidade e a percentagem de africanos são bem menores do que as do Iguape tanto em 1825-26 quanto em 1835.

TABELA 25  
Composição da população escrava nas freguesias fumageiras de Cachoeira e na freguesia de Santiago do Iguape, 1835 e 1825-26

Local e data	Nº de escravos	Razão de masculinidade	Africanos como % da pop.
Freguesia de São Gonçalo dos Campos, 1835			
Escravos em fogos de lavradores	3.762	106	19,1%
Todos os escravos	3.918	106	19,0
Freguesia de São Gonçalo dos Campos, 1825-26	1.179 <sup>a</sup>	104	24,2
Arraial de Belém da Cachoeira, 1825-26 <sup>b</sup>	376 <sup>a,c</sup>	112	21,5
Freguesias de Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas, 1825-26 <sup>b</sup>	779 <sup>a,d</sup>	121	38,9
Freguesia de Santiago do Iguape, 1825-26 <sup>e</sup>	1.440 <sup>a</sup>	155	45,6
Freguesia de Santiago do Iguape, 1835 <sup>e</sup>	3.985	147	53,6

Fontes: "Relação do Nº de Fogos... São Gonçallo [dos Campos]" [1835]; Censos (Cach., 1825-26), ARC, PAE; "Relação do Numero de Fogos... Iguape" (1835).

Obs.: Incluem-se aqui os dados referentes à freguesia de Santiago do Iguape para facilitar as comparações. Razão de masculinidade = o número de homens para cada cem mulheres.

<sup>a</sup>Resultados de censos parciais.

<sup>b</sup>Inclui os distritos rurais ao redor de Belém da Cachoeira, situados nas freguesias de N.S. do Rosário do Porto da Cachoeira e de N.S. da Conceição da Feira; também inclui distritos ao longo do rio Paraguaçu ao sul da sede da vila de Cachoeira.

<sup>c</sup>Exclui os escravos empregados em engenhos e um escravo cujo sexo não pode ser determinado na documentação.

<sup>d</sup>Exclui os escravos empregados em engenhos.

<sup>e</sup>Inclui o povoado de S. Francisco do Paraguaçu e as áreas rurais adjacentes.

Além disso, nas freguesias fumageiras mais tradicionais ao norte do Paraguaçu, como São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, os crioulos constituíam em 1825-26 ampla maioria de todos os escravos. Em 1825-26, como em 1835, as razões de masculinidade eram baixas (variando entre 104 e 112). Parece muito improvável, portanto, que o erro sistemático ou informações propositalmente falsificadas possam explicar a razão de masculinidade quase equilibrada e a pequena percentagem de africanos encontradas na população escrava de São Gonçalo dos Campos em 1835.

Será que a explicação estaria na depressão por que passou o comércio exportador de fumo após 1816 e, sobretudo, a partir de 1822? Seria concebível que, com a queda das exportações, os lavradores de fumo de Cachoeira tivessem vendido grande número de cativos, principalmente africanos e do sexo masculino.<sup>66</sup> Uma amostra de inventários *post-mortem* do município, que levam datas entre 1780 e 1860, não confirma essa hipótese. Os inventários fornecem informações sobre o sexo e a naturalidade de mais de 3.500 escravos de lavradores de fumo em todas as partes de Cachoeira. Como se pode ver na Tabela 26, o desequilíbrio entre os sexos de fato diminuiu do período de 1800-19 para o de 1820-39: a razão de masculinidade reduziu-se de 116 para 109. A proporção de africanos também caiu depois de 1819. Muito mais importante, contudo, é que em todos os períodos, mesmo nos anos geralmente prósperos de antes de 1820, os crioulos sempre constituíam nítida maioria da população cativa nas fazendas e sítios de fumo de Cachoeira. Os africanos nunca representaram mais de 30% da escravaria nessas fazendas e sítios. De modo semelhante, mesmo em seus pontos máximos, as razões de masculinidade eram bastante baixas. A proporção de 116 homens para 100 mulheres das duas primeiras décadas do século XIX não se compara à de 140 ou 150 para 100 que caracterizava os engenhos baianos durante todo o período 1780-1860.

TABELA 26  
 Composição da população escrava nas fazendas e sítios de fumo  
 do município de Cachoeira, 1780-1860

Períodos	Nº de escravos <sup>a</sup>	Razão de masculinidade <sup>b</sup>	Africanos como % da pop. <sup>c</sup>
1780-89	853	107	29,2%
1800-1819	861	116	29,6
1820-39	1.136	109	21,5
1840-60	731	99	11,3
1780-1860	3.581	108	23,2

Fontes: Inventários *post-mortem*, ABEB, SJ, IT e ARC, IT.

Obs.: Razão de masculinidade = o número de homens para cada 100 mulheres.

<sup>a</sup>Exclui dois escravos cujo sexo não pode ser determinado na documentação.

<sup>b</sup>As razões de masculinidade não levam em conta dois escravos cujo sexo não pode ser determinado na documentação.

<sup>c</sup>As percentagens excluem um pequeno número de escravos cuja naturalidade não pode ser determinada na documentação.

Juntos, os inventários *post-mortem* e os censos de 1825-26 e 1835 permitem apenas uma conclusão: os lavradores de fumo, em acentuado contraste com seus vizinhos, os senhores de engenho e lavradores de cana, não dependiam fundamentalmente do tráfico atlântico para garantir a reprodução a longo prazo da força de trabalho escrava que utilizavam. Embora seja improvável que a população cativa dos distritos fumageiros tenha alcançado uma taxa positiva de crescimento natural, as fontes sugerem que essa população pode ter sido capaz, em grande parte, de se manter através da reprodução natural. De outro modo, é difícil explicar a elevada proporção de crioulos e as razões de masculinidade quase equilibradas que caracterizavam a população escrava dos distritos fumageiros em todos os momentos entre os fins do século XVIII e meados do século XIX. Os lavradores de São Gonçalo dos Campos e de outras freguesias produtoras de fumo continuavam a importar escravos da África, mas essas importações não serviam para repor uma força de trabalho em declínio devido ao excesso de mortes em relação aos nascimentos; em vez disso, serviam, sobretudo, para aumentar plantéis que já se aproximavam de um crescimento demográfico auto-sustentado.

Alguns estudos recentes revelaram padrões demográficos mais ou menos semelhantes entre as populações escravas em outras partes do Brasil. São, na maior parte, estudos sobre regiões relativamente pobres e sem economias de exportação bem desenvolvidas.<sup>67</sup> Entretanto, aqui se trata de freguesias firmemente vinculadas a uma economia atlântica mais ampla: os lavradores de Cachoeira produziam quase todo o fumo que o Brasil exportava. Em termos de valor, esse fumo respondia geralmente por uma quarta parte de todo o comércio exterior da Bahia, na época a segunda ou terceira maior economia exportadora do Brasil. Mais do que isso: grande parte desse tabaco destinava-se à Costa da África, onde os traficantes o utilizavam para adquirir escravos africanos — escravos esses que raramente vendiam aos lavradores de fumo.

Ora, é de se supor que, em algum tempo mais remoto, os africanos tinham constituído a maioria dos escravos nos distritos fumageiros e que, depois, houve uma transição para uma população majoritariamente crioula. Mas como e quando se deu essa transição são questões que não podem ser respondidas aqui. Os inventários *post-mortem* das décadas de 1780 e 1790 revelam que, no final do século XVIII, os crioulos já representavam quase 71% da população escrava e que o número de homens e mulheres já se aproximava ao equilíbrio. As pesquisas futuras talvez venham a permitir que se situe a transição nas décadas de 1750 e 1760, quando as exportações de fumo estagnaram. A estagnação pode ter levado os lavradores de fumo a reduzir suas compras de novos escravos. À medida que um número cada vez menor de africanos recém-escravizados chegava nos distritos fumageiros de Cachoeira, os crioulos teriam um peso cada vez maior na população escrava desses distritos, e a razão de masculinidade teria caído.<sup>68</sup>

Há ainda outras explicações possíveis. Por exemplo, as pesquisas futuras talvez demonstrem que, desde os primeiros tempos, os lavradores de fumo tendiam a comprar menos escravos do sexo masculino que os senhores de engenho e lavradores de cana. Não só porque o preço das escravas era mais baixo, mas também porque podiam aproveitar com vantagem o trabalho de mulheres e crianças no cultivo do fumo.<sup>69</sup> Outra explicação estaria nas diferenças no regime alimentar. Como se verá no Capítulo 6, os lavradores de fumo — ao contrário dos senhores de enge-

nho e lavradores de cana — empregavam seus escravos na produção de gêneros alimentícios para consumo doméstico: não só a mandioca, mas também o milho e o feijão. Se os escravos dos sítios e fazendas de fumo recebiam quantidades significativas de milho e feijão para suplementar suas rações de farinha e carne-seca, o resultado seria um regime alimentar muito mais saudável, que, ao reduzir a mortalidade infantil e mortalidade em geral, pode ter favorecido o crescimento de uma população cativa predominantemente crioula nos distritos fumageiros.<sup>70</sup>

Ainda que estas hipóteses estejam a aguardar pesquisas futuras, já está claro que a produção de açúcar submetia os escravos às mais implacáveis e brutais condições de trabalho. O corte da cana, uma tarefa opressiva e perigosa, e as longas horas de trabalho noturno nas casas de moenda e especialmente nas casas das caldeiras durante os nove meses da safra não tinham equivalente nem na produção de fumo nem na da mandioca. Como nas Antilhas, a cana era na Bahia a mais mortífera das culturas.<sup>71</sup> Para manter ou aumentar o número de escravos que utilizavam na produção do açúcar, os senhores de engenho e lavradores de cana, ano após ano, importavam milhares de africanos; em outras palavras, valiam-se de uma estratégia “extensiva” de recrutamento de mão-de-obra. Já os lavradores de fumo e, ao que parece, também os roceiros de mandioca recorriam muito menos ao tráfico atlântico e dependiam muito mais do crescimento natural da população escrava.

#### CONCLUSÕES

Na Bahia, onde uma fatura de terras permitia mesmo a muitos homens e mulheres livres pobres e despossuídos sobreviver sem se empregar regularmente como trabalhadores assalariados, os senhores de engenho e os lavradores de cana, de fumo e de mandioca enfrentavam — todos — o problema de conservar uma força de trabalho permanente e confiável. A escravidão oferecia uma solução que se mostrava ao mesmo tempo flexível e adaptável. Enquanto o tráfico atlântico durou, senhores de engenho e lavradores podiam aumentar de maneira bastante rápida e fácil o tamanho da força de trabalho agrícola. Africanos recém-escravizados podiam,

em poucos meses, ser trazidos do outro lado do Atlântico e postos para trabalhar nos engenhos, sítios e fazendas do Recôncavo. O tráfico assim criava uma oferta altamente elástica de mão-de-obra, que servia para eliminar ou, pelo menos, atenuar qualquer concorrência duradoura pelo braço escravo entre a agricultura de exportação e a produção para o mercado interno.

Igualmente importante, o tráfico permitia o uso generalizado do trabalho escravo na economia rural do Recôncavo e a posse amplamente difundida de escravos na sociedade baiana. Longe de ser confinada à agricultura de *plantation*, a escravidão permeava toda a economia rural. O número de escravos possuídos variava enormemente — de cem ou duzentos cativos, que os senhores de engenho mais ricos tinham ao seu dispor, a plantéis de um ou dois escravos que muitos lavradores de fumo e mandioca mantinham. A presença desses pequenos lavradores com tão reduzido número de escravos tornava pouco nítida a fronteira entre a agricultura escravista e a produção camponesa.

No Recôncavo, os plantéis também diferiam em sua composição, o que revela, por sua vez, estratégias diferentes de recrutamento de mão-de-obra. Para a reprodução a longo prazo de suas forças de trabalho, os senhores de engenho e os lavradores de cana valiam-se sobretudo do tráfico atlântico. Os lavradores de fumo e, ao que parece, também os roceiros, dependiam muito menos da importação de cativos africanos e muito mais do crescimento natural da população escrava.

Para os próprios escravos, isso significava também experiências diferentes de vida. Os homens e mulheres que trabalhavam nos canaviais e engenhos do Recôncavo eram, em sua maioria, estrangeiros. A escravização lhes roubara a liberdade, arrancara-os dos parentes e trouxera-os para uma terra estrangeira onde, se fossem homens, tinham poucas possibilidades de constituir uma família estável. Podiam, contudo, compartilhar essas experiências com seus muitos companheiros de cativeiro. Mas, nos sítios e fazendas de Cachoeira, Nazaré e Maragogipe, ao contrário, a maior parte dos escravos estava em sua própria terra. Criados falando português, ou pelo menos uma variante de português, esses escravos viviam e trabalhavam entre homens e mulheres que muitas vezes deviam ser seus parentes. No entanto, em seu dia-a-dia, teriam tido oportunidades limitadas de criar

uma vida à parte de seus senhores. Como Agostinho na peça de Martins Pena, talvez não tivessem nem a possibilidade de comer sozinhos.<sup>72</sup> As vidas que os escravos e seus senhores levavam eram também moldadas pelas tarefas diárias e as rotinas de trabalho envolvidas na lavoura da cana-de-açúcar, do fumo e da mandioca. O próximo capítulo examina essas tarefas e rotinas.